

Prévia do PIB registra 2ª queda consecutiva

Bolsonaro afunda a economia ainda mais: -0,73% em fevereiro

Reprodução Youtube



“Bolsonaro vai tirar da Petrobrás áreas de 3,2 tri e vender por 100 bi”, diz Siqueira
“O governo Bolsonaro pretende leiloar o excedente da Cessão Onerosa, obrigando a Petrobrás a repassar ao cartel internacional do petróleo quase 21 bilhões de barris descobertos por ela”, denunciou o engenheiro Fernando Siqueira, conselheiro eleito da Petros e diretor da AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás). Para Siqueira, o governo Bolsonaro está cometendo um crime gravíssimo contra o patrimônio brasileiro ao anunciar a decisão de leiloar as áreas de Atapu, Búzios, Itapu e Sépia. **P. 2**



ANO XXIX - Nº 3.703 17 e 18 de Abril de 2019



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Congelamento anunciado do salário mínimo torna pior o que já estava ruim

Banco Central divulgou nesta segunda-feira (15) seu Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrando uma queda de 0,73% em fevereiro, em relação ao mês anterior, maior recuo mensal desde maio do ano passado. Em janeiro, o IBC-Br recuou 0,31% ante dezembro/2018. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam queda nas atividades da indústria, comércio e serviços. Os números foram anunciados apenas quatro dias após Bolsonaro ter dito que “o mar está revoltado”, mas “o céu é de brigadeiro”. **Página 2**

Governo perde votação na CCJ e não antecipa PEC da Previdência

Por 50 votos a 5, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou a inversão da pauta, colocando a PEC do Orçamento Impositivo na frente da discussão da Reforma da Previdência. A decisão representa uma derrota do governo, que esteve tentando antecipar o ataque à Previdência. Apenas PSDB, Patriota e Novo votaram contra a inversão de pauta. Até mesmo o PSL, partido de Jair Bolsonaro, encaminhou favoravelmente à inversão. Na própria segunda-feira, a Comissão aprovou o Orçamento Impositivo. **Página 3**



O fogo consumiu a parte interna e derrubou a torre que, na foto, aparece em chamas pouco antes de ruir

Incêndio destrói parcialmente Notre-Dame. Estrutura se salva

Quatrocentos bombeiros foram empregados na luta contra as chamas que tomaram conta da Catedral de Notre-Dame. A catedral fica no marco zero de Paris e é um dos monumentos mais visitados do mundo, com cerca de 13 milhões de visitas ao ano. O incêndio fez desabar a composição de madeira que acompanhava a abóbada central, mas, segundo o comandante da brigada dos bombeiros, Jean-Claude Gallet, a estrutura da igreja “foi preservada”. **Pág. 6**

Laudo indica que porteiro foi morto por sniper, como prometeu Witzel

Os relatos de moradores de Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro, de que os tiros que mataram o porteiro da Fiocruz Rômulo Oliveira da Silva, em janeiro, partiram da torre da “Cidade da Polícia”, foram reforçados pelo laudo da Polícia Civil e do Ministério Público: Rômulo morreu após receber “um tiro de fuzil vindo de cima”. O caso aconteceu após o governador Witzel defender o uso de “snipers” para executar “criminosos que portem fuzis”. **Página 4**

MPF pede para ministro explicar como multa da Vale virou abono

O Ministério Público Federal (MPF) pediu explicações ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) sobre a conversão da multa aplicada à Vale após o rompimento da barragem em Brumadinho, que deixou 228 mortos e 49 desaparecidos. Ele propôs que a Vale, ao invés de pagar os R\$ 250 milhões em multas, passe a administrar os sete parques nacionais administrados pelo ICMBio no Estado de Minas. **Página 4**



Chile: capitalização tem levado idoso a morrer trabalhando

Foi o caso de Mario Enrique Cortes, “jubilado” que, aos 80 anos, padeceu de insolação em pleno inverno, como jardineiro, em frente ao Palácio de La Moneda (foto ao lado), em 2014. **Página 6**

Achado a 11ª vítima fatal do prédio controlado pela milícia que desabou no Rio de Janeiro

O número de vítimas fatais dos desabamentos de dois prédios construídos pelas milícias na comunidade da Muzema, no Itanhangá, zona oeste do Rio de Janeiro, subiu para 11. O corpo de Antônia Sampaio, de 31 anos, foi encontrado pouco depois das 10h desta segunda-feira. De acordo com o Corpo de Bombeiros, há ainda 13 desaparecidos. **Página 4**

Carlos Bolsonaro empregou ex da mulher de Queiroz

Bolsonaro propõe salário mínimo de R\$ 1.040 sem aumento real em 2020

O governo de Jair Bolsonaro propôs nesta segunda-feira (15) que o salário mínimo de 2020 fique sem aumento real. A proposta faz parte do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem - que ainda terá de ser aprovada pelo Congresso Nacional, mas tinha como prazo máximo de apresentação o dia de hoje.

Com essa decisão, o salário mínimo brasileiro, que é um dos menores do mundo, menor do que o salário do Paraguai, continuará archoado. A política salarial do governo Bolsonaro provocará o agravamento da crise econômica pois, ao manter o arrocho salarial, impede a retomada do consumo e da produção.

De acordo com o documento redigido pela equipe econômica do governo, o salário mínimo será de R\$ 1.040 - valor que leva em consideração apenas um reajuste baseado na reposição da estimativa para a inflação deste ano, de 3,8%.

Assim como em 2020, o reajuste do salário mínimo de 2021 e 2022 deverá ser calculado apenas com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou seja, não está previsto, para o governo inteiro de Jair Bolsonaro, nenhuma recuperação do salário mínimo.

Isso também consta no documento apresentado pelo governo, uma vez que a LDO faz projeções para os três anos seguintes.

2019

Bolsonaro desconsiderou a LDO aprovada no ano anterior e fixou o salário mínimo deste ano em R\$ 998 - argumentando que a inflação do ano anterior seria menor do que a prevista. De acordo com o orçamento da União aprovado pela legislatura anterior, e ainda na gestão de Michel Temer, o salário deveria ser de R\$ 1.006.

Salário e crescimento

A Constituição Federal estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir, além da alimentação, despesas como moradia, saúde, educação, higiene vestuário, transporte, lazer e previdência do trabalhador e de uma família.

Contudo, além de uma política de garantia de bem-estar e igualdade social, a renda do trabalhador é também o principal pilar para o crescimento e desenvolvimento da economia.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estima que o salário mínimo seja referência para mais de 45 milhões de pessoas no Brasil e demonstra ser um instrumento de melhoria do ponto de vista da renda, redução da desigualdade e estímulo à economia. Além disso, também aumenta a arrecadação do governo.



Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovo@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834. E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campi Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Cessão Onerosa: governo vai repassar cerca de 21 bilhões de barris às multinacionais

Siqueira denuncia "acordo" que só favorece o cartel petrolífero



Reprodução Energyway



Fernando Siqueira

Prévia do PIB cai pela segunda vez seguida

O Banco Central divulgou nesta segunda-feira (15) seu Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrando uma queda de 0,73% em fevereiro, em relação ao mês anterior, maior recuo mensal desde maio do ano passado.

Em janeiro, o IBC-Br recuou 0,31% ante dezembro/2018. Os números foram anunciados apenas quatro dias após Bolsonaro ter dito que "o mar está revoltado", mas "o céu é de brigadeiro", durante ato de 100 dias de governo.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam queda nas atividades da indústria, comércio e serviços. Contudo, nada é tão ruim que não possa ser piorado. Com a crise evidente que se arrasta há pelo menos cinco anos, Bolsonaro está conseguindo a proeza de afundar ainda mais o país.

Mesmo analistas do sistema financeiro têm essa percepção. "Os dois primeiros meses foram bem decepcionantes e os primeiros indícios para março também não são favoráveis", declarou o economista Lucas Nóbrega, do Santander.

A economista Luana Miranda, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) informou que diante dos resultados de fevereiro e as expectativas para março, a instituição deve rever para baixo as suas projeções de crescimento do PIB para este ano, atualmente em 2,1%.

Não se tem notícia de nenhuma ação de Bolsonaro e seus Chicago's Boys para a retomada do crescimento e geração de vagas - faltam empregos para 27,9 milhões de brasileiros, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao contrário, manteve a política de juros reais siderais, privatizações e "desinvestimento" na Petrobrás.

E agora a recente proposta de espremer ainda mais o mercado interno. É o que vai acontecer com a proposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de salário mínimo de R\$ 1.040 para 2020, com o reajuste apenas da inflação, ou seja, sem aumento real.

Para os dois anos seguintes, o governo propôs um salário míni-

mo de R\$ 1.082 e de R\$ 1.123, com correção apenas pela estimativa do governo para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC).

E o governo se basta em repetir a velha ladainha da "reforma da Previdência" - na verdade, desmonte da Previdência pública - para supostamente resolver a crise.

De acordo com o economista e escritor Eduardo Moreira, em quase 4 mil municípios, o pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ultrapassa os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Isto é, mais de 70% dos municípios seriam prejudicados se as aposentadorias e pensões forem reduzidas.

Assim, a reforma de Guedes/Bolsonaro em vez de enfrentar a crise iria piorá-la.

RETROCESSO

O IBC-Br foi criado para refletir "a evolução contemporânea da atividade econômica do país e contribuiu para a elaboração da estratégia de política monetária", segundo o BC. Ou seja, para a definição dos juros básicos (Selic) pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

O IBC-Br incorpora cálculos sobre agropecuária, indústria e o setor de serviços, além dos impostos, a partir de estimativas do mercado financeiro.

Apesar do cálculo do IBC-Br diferir do usado para o PIB, indicadores pesquisados pelo IBGE têm confirmado o declínio apontado pelo indicador do BC.

Para o Instituto de Estudos ara o Desenvolvimento Industrial (IEDI), "o primeiro bimestre deste ano foi de retrocesso para mais da metade (54%) dos segmentos industriais do país. Mas a situação é ainda pior para setores como o de calçados e o têxtil, que acumulam perdas pelo menos desde outubro".

Segundo o economista Rafael Cagnin, do IEDI, o setor mais preocupante é o de bens intermediários, porque já está em recessão técnica, com dois trimestres consecutivos de queda.

"Os bens intermediários são o coração da indústria. Quando não

vai bem é porque o panorama geral do setor está fraco", disse Cagnin.

Ante um quadro de perda de dinamismo na atividade da indústria, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) revisou de 3% para 1,1% 2019 a variação do PIB industrial este ano.

O economista do IEDI ressaltou que alguns setores crescem muito pouco, apenas recompondo parte das perdas. Alguns, inclusive, "dão sinais de retrocesso, como alimentos, têxtil e confecção, couro, entre outros, que são ramos prejudicados pela desaceleração do comércio internacional e pelo fraco mercado doméstico".

Conforme o IEDI, "no final de 2017 e início de 2018 [o setor de serviços] conseguiu frear o declínio de seu faturamento e só a partir de meados do ano passado deu sinais de reação. O problema neste início de 2019 é que vemos alguns indícios de perda de fôlego, em um quadro que só não é mais nítido devido à existência de bases muito deprimidas de comparação".

"São os sinais de curto prazo que preocupam, pois caso se tornem frequentes poderão comprometer a recomposição do faturamento do setor. Tais sinais são captados pelas variações na margem, isto é, frente ao mês anterior com ajuste sazonal. Tanto em janeiro como em fevereiro houve retração de mesma magnitude: -0,4%, que somadas anulam a expansão de dez/18 (+0,8%)", acrescentou o instituto.

De acordo com a avaliação do IEDI, "o varejo vem apresentando um crescimento fraco, fazendo do início de 2019 um período morno não apenas para a indústria, mas também para o comércio".

Em fevereiro, as vendas reais do comércio varejista ficaram estagnadas (0%) na comparação com janeiro, com desconto sazonal, e recuaram -0,8% em seu conceito ampliado - consideradas as vendas de veículos, autopeças e material de construção.

Em 2018, o PIB teve alta de 1,1%. O mercado financeiro estima uma expansão do PIB de 1,95% para este ano, estimativa esta em queda pela sétima semana consecutiva.

VALDO ALBUQUERQUE

"Bolsonaro vai tirar áreas da Petrobrás de R\$ 3,2 trilhões e vender por R\$ 100 bilhões", afirma o dirigente da AEPET

O engenheiro Fernando Siqueira, conselheiro eleito da Petros e diretor da AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), afirmou nesta quarta-feira (10), em entrevista ao HP, que o governo Bolsonaro está cometendo um crime gravíssimo contra o patrimônio brasileiro ao anunciar a decisão de leiloar as áreas de Atapu, Búzios, Itapu e Sépia, da Cessão Onerosa da Petrobrás.

Ele denunciou que estas riquezas imensas estão sendo oferecidas ao capital estrangeiro por um preço de "banana", ou seja, "por um preço infinitamente menor do que elas valem".

"O governo pretende leiloar o excedente da Cessão Onerosa, obrigando a Petrobrás a repassar ao cartel internacional do petróleo quase 21 bilhões de barris descobertos por ela", observou Siqueira. "Com a entrega, o Planalto espera arrecadar no máximo R\$ 100 bilhões a título de bônus", diz ele.

"Só que esses 21 bilhões de barris, ao custo de US\$ 65 o barril, e com um custo total de produção por barril de US\$ 25, renderá cerca de US\$ 800 bilhões a quem se apoderar do petróleo, ou seja, ao câmbio de hoje, o lucro das multinacionais com a comercialização deste produto poderá chegar a R\$ 3,2 trilhões", explicou o engenheiro.

"Inicialmente, em 2010, o governo cedeu à Petrobrás o direito de exploração de 5 bilhões de barris de petróleo nas áreas da Cessão Onerosa, na Bacia de Santos. A Petrobrás pagou por isso R\$ 74,8 bilhões", esclareceu Siqueira. "Só que a Petrobrás descobriu na área um volume de petróleo muito maior. Ou, mais precisamente, 17 bilhões de barris a mais", prosseguiu o diretor da AEPET.

"Pelo Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2018, aprovado em junho do ano passado, a estatal seria obrigada a entregar para leilão esses 17 bilhões de barris, além de 70% da área da cessão onerosa original", denunciou o engenheiro.

Como o projeto acabou não sendo votado pelo Senado, o governo Bolsonaro decidiu atropelar o país, os senadores e o próprio TCU e assinar a revisão do contrato com a Petrobrás mesmo sem a aprovação da nova lei.

"ACORDO"

O governo estava ansioso pela assinatura do acordo de revisão do contrato com a Petrobrás para poder entregar o óleo ao cartel. A tentativa feita por Temer no ano passado não teve sucesso porque o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou a legalidade do leilão antes da aprovação da lei e da revisão com a Petrobrás.

O ajuste do contrato era obrigatório porque quando a Petrobrás pagou pela Cessão Onerosa, o barril de petróleo estava a US\$ 100. Ela teria que receber a diferença, causada pela variação dos preços. O barril está hoje a US\$ 65.

Agora saiu a confirmação do valor de US\$ 9,058 bilhões (R\$ 34,6 bilhões ao câmbio de hoje) com os quais o governo pretende "indenizar" a Petrobrás.

A Petrobrás só receberá depois que entrarem os recursos do bônus. Isso porque há uma cláusula no acordo que condiciona o pagamento à estatal à entrada dos recursos dos vencedores do leilão. Os entreguistas estão comemorando a assinatura do acordo.

Fernando Siqueira alerta que "a Petrobrás terá um grande prejuízo com este 'acordo' que a obriga a entregar as áreas da Cessão Onerosa". "É bom negócio pagar R\$ 34 bilhões à Petrobrás para ela deixar de explorar US\$ 800 bilhões?", indagou o diretor da AEPET.

"Tudo isso será feito às custas de perder um volume de recursos diretos e indiretos muito maior por abrir mão de uma energia não renovável e ainda sem paralelo para satisfazer as necessidades da sociedade moderna", criticou Siqueira.

O cartel não participou do negócio tentado por Temer porque os açambarcadores queriam ter certeza de que a Petrobrás ficaria de fora. Sem a revisão do contrato, não havia segurança de que o assalto fosse efetivado com sucesso.

Integrantes do governo Bolsonaro deixaram isso claro esta semana. "Essa aprovação do termo aditivo do contrato entre União e Petrobrás muito contribui para que as incertezas em relação ao leilão sejam minimizadas, diria que praticamente não existe mais incerteza", disse nesta quarta-feira (10) o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para regozijo dos integrantes do cartel chefiado pela Exxon.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, que esteve junto com Bolsonaro nos EUA, "oferecendo" o Brasil de bandeja aos cartéis e especuladores, comemorou a decisão. Ele quer agradar as multinacionais do petróleo e está de olho também nos R\$ 100 bilhões do bônus.

O ministro veio com uma conversa de que poderia usar uma parte desse dinheiro para transferir para estados e municípios, mas isso não passa de demagogia. Ele quer, com essa conversa, tentar obter votos para sua proposta de desmonte da Previdência pública. Faz essa demagogia porque sabe que não há legislação que permita esse repasse extra de recursos.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), deixou isso claro ao dizer que o repasse para estados e municípios precisaria de aval do Congresso. "Para liberar dinheiro para os Estados, fatalmente precisará de uma emenda constitucional, porque não tem teto [de gasto] no governo federal para liberar o valor. O governo federal não tem margem", declarou Maia.

O que Guedes faz é demagogia porque o que ele pretende mesmo é entregar o pré-sal aos gringos e usar o dinheiro do bônus para transferir aos bancos, na forma de pagamento de juros da dívida.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nem esperou. Antes mesmo do acordo, já havia marcado o megaleilão para 28 de outubro. Se não ocorrer nada até lá, serão leiloadas as áreas de Atapu, Búzios, Itapu e Sépia, na Bacia de Santos.

SÉRGIO CRUZ



Resolução nº 96 da ONU: ...o "genocídio é um crime contra o direito dos povos... e é condenado por todo o mundo civilizado" - foto do campo de concentração de Ebensee, na Áustria

Jair Bolsonaro diz que os crimes do nazismo 'podem ser perdoados'

"Podemos perdoar o Holocausto", provavelmente, estas palavras são as mais estúpidas já ditas por um chefe de Estado desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo assistia estupefocado às infaustas visões dos campos de extermínio de Maidanek, Bergen-Belsen, Dachau, Auschwitz, uma lista que parecia não terminar de centros de horror, com a visão das valas comuns de corpos em pele e osso, ou dos esqueléticos sobreviventes com números tatuados nos antebraços.

O presidente de Israel, Reuven Rivlin, esteve entre os primeiros a responder à agressão: "Nunca vamos esquecer e nunca vamos perdoar". E prosseguiu chamando Bolsonaro à sua responsabilidade: "Líderes políticos são responsáveis por moldarem o futuro".

Bolsonaro, ao pronunciar aquelas palavras em público, diante de religiosos, na condição de presidente de mais de 200 milhões de seres de um país que foi o único na América Latina a enviar soldados para o heroico combate à besta nazista, um país que abriga milhares de descendentes do genocídio praticado pelo nazismo, colocou-se fora do mundo civilizado.

Fora da civilização sim pois, ainda sob a desafiadora impressão dos campos da morte para onde foram levados judeus, ciganos, homossexuais, deficientes, líderes da esquerda, socialistas e comunistas, a Assembleia Geral da nascente ONU aprovou, a Resolução 96, em dezembro de 1946, afirmando que o "genocídio é um crime contra o direito dos povos... e é condenado por todo o mundo civilizado".

Reparem que aí está estabelecido que o crime de genocídio é condenado e não perdoado.

Ver texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

NATHANIEL BRAIA

Carlos Bolsonaro empregou funcionário ligado a Queiroz

Pablo Valadares/Agência Câmara



CCJ mudou a pauta por 50 a 5 votos e adiou votação da "reforma" Governo é derrotado na CCJ e Orçamento impositivo é votado antes da Previdência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na segunda-feira (15), um requerimento que inverteu a pauta da reunião, colocando a PEC do Orçamento impositivo como primeiro item a ser votado. A pauta definida pelo presidente da comissão, Felipe Francischini (PSL/PR), previa que a reforma da Previdência seria o primeiro item a ser apreciado.

Com a inversão da pauta, a discussão da reforma da Previdência (PEC 6/19) só deve começar depois que o orçamento impositivo for analisado.

O relatório do Orçamento impositivo foi aprovado na noite da segunda-feira se segue agora para o plenário. O debate sobre a admissibilidade da reforma da Previdência ficou para recomeçar na terça-feira (16).

A mudança na ordem de votação foi aprovada por 50 votos a 5. Apenas PSDB, Patriota e Novo votaram contra a inversão de pauta. Até mesmo o PSL, partido de Jair Bolsonaro, encaminhou favoravelmente à inversão.

O adiamento atrapalha os planos do governo, que tenta aprovar a reforma da Previdência ainda no primeiro semestre deste ano. Na semana passada, a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL/SP), afirmou que os partidos da base buscariam antecipar para a terça (16) a votação do parecer na CCJ, em razão do feriado de Páscoa.

Segundo a líder do governo, a ideia era fazer a discussão nesta segunda, mesmo que o debate avance pela madrugada, e votar o texto já na terça-feira (16). "A gente não quer correr o risco de não ter quórum

por causa do feriado", afirmou Hasselmann.

Porém, incomodados com a articulação política do governo, partidos do chamado "Centrão", passaram a defender o adiamento do debate.

O Orçamento impositivo obriga o governo federal a executar todos os investimentos previstos na peça orçamentária e a pagar as emendas parlamentares de bancada. A PEC já foi aprovada pela Câmara e pelo Senado, mas, como os senadores modificaram o texto, o projeto voltou para nova análise dos deputados. A aprovação da proposta já era vista como uma retaliação ao governo.

Agora, na prática, a inversão da pauta adia o início do debate sobre a reforma da Previdência. A avaliação de deputados é que, mesmo que a discussão comece nesta segunda, dificilmente conseguirá ser votada nesta semana.

Goldman: 'sai um debilóide e entra um imbecil no MEC'

O ex-deputado, ex-governador de São Paulo e ex-ministro no governo Itamar Franco, Alberto Goldman (PSDB), afirmou que a troca de comando no Ministério da Educação mostra que tipo de postura o atual governo tem com a área educacional.

"Sai um debilóide - Vélz Rodriguez - do MEC, entra um imbecil - Abraham Weintraub", escreveu Goldman no

Twitter.

"Esse Bolsonaro é caso perdido. Eles conseguem ser o maior exemplo do FEBEAPA, Festival de Besteiras que Assola o País, no dizer do inesquecível Stanislaw Ponte Preta (o escritor Sérgio Porto)".

"Segundo esse Weintraub os que comandam os meios de comunicação - família Marinho, família Mesquita, Silvio Santos, Bispo Macedo - e os que

mandam nas instituições financeiras - Bradesco, Itaú, Santander - são comunistas. Ao invés de ganhar o MEC deveria ser interditado", afirmou. De acordo com Alberto Goldman, o atual ministro da Educação é "lesa".

"É incrível à semelhança entre os que justificavam tudo que os governos do PT faziam com os que justificam tudo que o Bolsonaro faz", disse Goldman.

Deputada do PSL confirma esquema de laranjas e denuncia ministro por ameaça de morte

A deputada federal Alé Silva (PSL-MG) prestou depoimento na quarta-feira (10) à Polícia Federal em Brasília e denunciou o ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, por ameaça de morte. Ela disse que foi informada por um correligionário sobre a ameaça que ocorreu no fim de março, em Belo Horizonte.

A parlamentar mineira confirmou a existência de esquema de candidaturas laranjas comandado por Marcelo Alvaro Antônio em Minas Gerais e pediu proteção policial.

"Duas laranjas, Debra Gomes e Milla Fernandes, são da minha região. Eu andei palmo a palmo todo o Vale do Aço e nunca ouvi falar delas durante o período de campanha. [...]"

Randolfe: "ministro faz ameaça de morte a deputada do PSL e Bolsonaro em silêncio"

O senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) cobrou uma atitude de Bolsonaro em relação ao ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, denunciado por ameaça de morte a deputada federal Alé Silva (PSL/MG).

"A demissão de um ministro do Turismo que ameaça uma mulher e uma parlamentar de morte deveria ser uma decisão imediata, sem qualquer hesitação por parte do presidente da República, que segue em silêncio", afirmou o líder da oposição no Senado.

A parlamentar mineira,

Tudo o que eu pesquisei e o que foi relatado pelas laranjas que acusaram o ministro tem extrema consistência", afirma a deputada federal.

Segundo a parlamentar, ela ouviu o relato da ameaça de morte no dia 1º de abril, uma segunda-feira, em seu escritório político de Ipatinga. Nesse dia, um político do PSL de Minas que esteve com Alvaro Antônio em Belo Horizonte (ela diz ter repassado o nome do político à Polícia Federal) foi de carro da capital mineira a Ipatinga (216 km) para lhe relatar o que havia ocorrido pessoalmente - evitando assim falar por telefone.

"Eu de fato me sinto ameaçada, pelos últimos acontecimentos. Ele (o ministro) não fala dire-

tamente comigo. Essas pessoas não usam mais telefone, têm medo de estar grampeadas. Então mandam interlocutores. Um deles me disse que ele estava com ódio mortal de mim, que se eu soubesse de mais alguma coisa, que era para eu ficar quieta", contou a deputada.

"Ele disse para eu parar, esquecer esse assunto, não levar isso adiante porque senão a minha vida e a da minha família correria risco", diz Alé Silva, segundo quem o político reproduziu frase que teria sido dita por Alvaro Antônio: "Essa pessoa me disse que ele falou assim: 'Eu vou parar a minha vida para acabar com a vida dela'".

Íntegra do texto em www.horadopovo.org.br

que confirmou a existência de um esquema de candidaturas laranjas comandado por Marcelo Alvaro em Minas Gerais, prestou depoimento à Polícia Federal na última quarta-feira (10), em Brasília, e pediu proteção policial.

Randolfe Rodrigues destacou em uma rede social que o ministro "já foi pego em tudo que é falcatura, denunciado e re-denunciado por testemunhas". "O ministro" até ameaçou

Márcio Gerbatim trabalhou no gabinete do vereador de 2008 a 2010, quando foi nomeado para o gabinete de Flávio Bolsonaro, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj)

O vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) empregou Márcio da Silva Gerbatim, ex-marido da atual mulher de Fabrício Queiroz, em seu gabinete como motorista entre abril de 2008 e abril de 2010. Depois de ficar dois anos no gabinete de Carlos, Gerbatim foi transferido para o gabinete do irmão, o então deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL/RJ).

O filho mais novo de Jair Bolsonaro tentou negar a informação, divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo, de que Queiroz tenha tido influência em seu gabinete. Segundo ele, Márcio Gerbatim foi nomeado "face sua experiência na função de motorista e não por indicações" e que "nunca nenhum parente de Fabrício Queiroz foi nomeado neste gabinete".

O motorista "contratado por mérito", além de ter sido casado com a atual mulher de Queiroz, também serviu no batalhão da Brigada de Infantaria Paraqueidista do Exército, por onde passaram o próprio Queiroz e Jair Bolsonaro. Márcio Gerbatim depois foi transferido para o gabinete de Flávio Bolsonaro, já não como motorista, mas para ocupar o cargo de assessor-adjunto do deputado. Provavelmente ele tinha uma tremenda experiência também como assessor adjunto.

Fabrício Queiroz é investigado pelo Ministério Público

Até quando Queiroz e Flávio Bolsonaro vão zombar da Justiça e do Brasil?

O assessor de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), Fabrício Queiroz, continua sem dar explicações à Justiça sobre a movimentação suspeita de R\$ 1,2 milhão, flagrada pelo Coaf (Conselho de Acompanhamento Financeiro), em sua conta bancária.

Já se passaram 40 dias depois que o Ministério Público do Rio de Janeiro cobrou a entrega da lista dos "funcionários informais" que atuavam como laranjas no gabinete do então deputado estadual e hoje senador do PSL.

Na petição, entregue em 28 de fevereiro à Promotoria, Queiroz informou que disponibilizaria nomes e endereços dos beneficiários "com o fito [objetivo] de comprovar todas as questões aduzidas". O ex-assessor de Flávio Bolsonaro confessou que recolhia parte do salário dos funcionários do gabinete para "ampliar a base de apoio ao deputado".

Foram duas versões diferentes. Uma, que ele usaria os recursos para redistribuir entre outros "funcionários informais" para "ampliar as bases". Depois ele inventou a história de que recebia parte dos salários para fazer negócios de compra e venda de carros.

O policial militar Agostinho Moraes da Silva, em depoimento ao MP RJ, disse aos promotores, em janeiro, que repassava quase dois terços de seu vencimento do gabinete para investimento no "negócio" de Queiroz de compra e venda de carros que rendiam, segundo o relato, até 18% ao mês.

As versões não convenceram os investigadores, que solicitaram a lista de nomes dos envolvidos, que até agora não foi entregue. Não há nenhuma justificativa para tanta demora em entregar os dados.

O depoimento de Agostinho Moraes foi visto pelos investigadores como uma armação de Queiroz para dar ares de verdade à sua narrativa que que a movimentação milionária em sua conta vinha de um negócio de compra e venda de carros.

A lavagem de dinheiro, com a utilização de funcionários fantasmas, semelhante ao esquema montado por Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz, levou à prisão no início do mês de abril o vereador bolsionista de Belo Horizonte, Cláudio Duarte (PSL).

A polícia também pediu - e a Justiça concedeu - a indisponibilidade de bens do vereador, que ficará afastado por 60 dias do mandato. Segundo a investi-

do Rio de Janeiro depois que o Conselho de Acompanhamento Financeiro (Coaf) identificou uma movimentação suspeita de R\$ 1,2 milhão em sua conta entre 2016 e 2017, durante o tempo em que ocupava o cargo de assessor de Flávio Bolsonaro.

Um levantamento feito posteriormente pelo órgão revelou que Queiroz, na verdade, movimentou um total de R\$ 7 milhões. A análise dos dois anos anteriores a janeiro de 2016, mostrou que ele havia operado outros R\$ 5,8 milhões. As investigações detectaram que as movimentações feitas na conta de Queiroz eram regulares e coincidiam com as datas de pagamentos dos funcionários.

O Coaf também identificou 48 depósitos suspeitos - em um único mês - na conta de Flávio Bolsonaro, realizados na agência bancária da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Todos os 48 depósitos eram do mesmo valor: R\$ 2 mil, num total de R\$ 96 mil.

Essa movimentação, segundo o Coaf, tem características de quem quer ocultar a origem do dinheiro. Ou seja, de quem está, na verdade, lavando dinheiro. Até agora Queiroz, Flávio Bolsonaro, e também Carlos Bolsonaro, não deram nenhuma explicação convincente para esta dança de cargos e para as estranhas movimentações financeiras.

S. C.

Subtenente Gonzaga: "reforma da Previdência é uma tragédia para a segurança pública"

O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) fez um alerta sobre as graves "consequências imediatas dessa proposta de reforma da Previdência dos policiais e bombeiros militares".

"Somente em Minas Gerais, se vier a ser aprovado o texto da maneira como está, transferindo para os Estados as regras de aposentadoria dos militares federais, praticamente 5 mil policiais e bombeiros militares irão para a reserva. Isso representa mais de 20% do efetivo", advertiu.

"Estamos vivendo

Bolsonaro dá passaporte diplomático a Edir Macedo

Bolsonaro concedeu passaportes diplomáticos para o bispo evangélico Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, e sua esposa, Ester Eunice Rangel Bezerra.

A concessão, determinada através de uma portaria do Ministério das Relações Exteriores, foi publicada nesta segunda-feira (15) e assinada pelo ministro Ernesto Araújo.

O passaporte diplomático dá o direito de não ser revistado e não ter suas bagagens vistoriadas.

Eles são emitidos para autoridades da mais alta importância, como é o caso da Presidência, Vice-presidência, ministros de Estado, membros do Congresso Nacional, ministros do STF, entre outros.

De acordo com a regulação vigente, podem vir a receber o passaporte pessoas que o portem "em interesse do País". Em

uma crise de segurança pública. Inclusive, o governo de Minas já cancelou o concurso com que seriam repostos mais de 2 mil policiais. Nós não teremos o concurso para 2 mil policiais e perderemos em torno de 5 mil policiais. São, portanto, 7 mil policiais a menos", assinalou o parlamentar mineiro.

"É uma tragédia para a segurança pública! É um alerta que fazemos não só para o governo aqui na Câmara, mas também para o governo lá no Palácio do Planalto", finalizou.

sua portaria, Ernesto Araújo afirmou que o casal poderá "desempenhar de maneira mais eficiente suas atividades em prol das comunidades estrangeiras no exterior".

Essa é a terceira vez que Edir Macedo recebe um passaporte diplomático. A primeira foi em 2006, emitido por Lula, e a segunda em 2011, emitido por Dilma.

Edir Macedo é bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, que está presente em pelo menos 200 países.

Em 2013, sua fortuna era avaliada em R\$ 2 bilhões, segundo o portal UOL usando dados da "Forbes".

Ele é dono da Record TV, que passou, com Bolsonaro na Presidência, a ser a emissora mais beneficiada pelos recursos de publicidade do governo federal. Receberá R\$ 10,3 milhões, enquanto a Globo ficará com R\$ 7,07 milhões.

Prédios construídos por milícias desabam e matam ao menos 11

Milicianos vendiam apartamentos nos prédios que desabaram. 13 pessoas ainda estão desaparecidas

O número de vítimas fatais dos desabamentos de dois prédios construídos pelas milícias na comunidade da Muzema, no Itanhangá, zona oeste do Rio de Janeiro, subiu para 11. O corpo de Antônio Sampaio, de 31 anos, foi encontrado pouco depois das 10h desta segunda-feira. De acordo com o Corpo de Bombeiros, há ainda 13 desaparecidos nos escombros dos dois prédios que caíram na sexta.

O quarto dia seguido de buscas no local foi iniciado nesta segunda. O trabalho é feito por mais de 100 militares, que têm o auxílio de cães farejadores, drone e helicópteros.

Neste domingo, houve o primeiro sepultamento da tragédia. O corpo do pastor Cláudio José de Oliveira Rodrigues, de 40 anos, foi enterrado no cemitério do Pechincha, também na Zona Oeste. A solenidade contou com mais de 100 pessoas, inclusive a filha dele, Clara Rodrigues, de 10 anos, uma das sobreviventes do desabamento.

Além das 11 mortes confirmadas, outras 10 pessoas foram resgatadas com vida.

MILICIANOS CONTROLAM A REGIÃO
A comunidade da Muzema, onde ficam os dois prédios que desabaram na manhã desta sexta-feira, 12, era controlada pelo grupo miliciano liderado pelo major da Polícia Militar Ronald Alves Pereira e pelo ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope) Adriano Magalhães da Nóbrega.

Os dois são apontados como chefes do "Escritório do Crime", grupo armado apontado que realizou o assassinato da vereadora Marielle Franco, em março do ano passado. De acordo com a polícia, o executor de Marille, Ronnie Lessa, atuava em conjunto com os chefes da milícia. Ele foi preso em sua mansão no condomínio "Vivendas da Barra", o mesmo residencial onde mora Jair Bolsonaro.

Ronald Pereira foi preso em janeiro, na 'Operação Intocáveis', do Ministério Público e da Polícia Civil. Já Adriano Nóbrega conseguiu escapar e segue foragido. Eles foram denunciados por grilagem e exploração imobiliária ilegal nas comunidades de Rio das Pedras e Muzema.

Adriano da Nóbrega trabalhou no 18º Batalhão da PM com Fabrício Queiroz, o ex-assessor de gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) investigado por lavagem

de dinheiro. A mãe e a filha de Nóbrega trabalhavam no gabinete do filho do presidente.

De acordo com Ministério Público, Nóbrega dirigia o esquema de construção civil ilegal nessas comunidades. Pereira, por sua vez, foi denunciado por comandar negócios ilegais da milícia, entre eles, grilagem de terra e agiotagem.

INTOCÁVEIS

Em setembro do ano passado, policiais militares do Comando de Polícia Ambiental (CPAM) fizeram uma operação no local e prenderam 39 pessoas por envolvimento com grupos milicianos.

A operação foi realizada na Muzema, Morro do Banco, Tijuquinha, Vila da Paz, Ilha da Gigóia e Ilha Primeira, todas no Itanhangá, que faz parte da região administrativa da Barra da Tijuca.

Na época, os agentes descobriram a construção de dezenas de prédios de quatro a seis andares em média, onde anúncios ofereciam apartamentos de diversos valores e condições de pagamento, inclusive com projeção de taxas de condomínio. As construções clandestinas verticalizadas não possuíam infraestrutura básica, como ligação regular de esgoto, que seriam lançados em rios e na Lagoa da Barra.

Em janeiro deste ano a Operação "Os Intocáveis" prendeu cinco pessoas por grilagem de terras em Rio das Pedras, Muzema e redondezas, dentre elas o major da PM Ronald Paulo Alves Pereira e o tenente reformado Maurício Silva da Costa, o Maurício. Os dois são apontados como chefes da milícia, ao lado de Adriano Magalhães da Nóbrega, ex-capitão do Bope, que ainda está foragido. Os outros presos na ocasião foram Manoel de Brito Batista, o Cabelo; Benedito Aurélio Ferreira Carvalho, o Aurélio; e Laerte Silva de Lima.

Os envolvidos foram denunciados pela construção, venda e locação ilegais de imóveis; receptação de carga roubada; posse e porte ilegal de arma; extorsão de moradores e comerciantes, mediante cobrança de taxas referentes a "serviços" prestados; ocultação de bens adquiridos com os proventos das atividades ilícitas, por meio de "laranjas"; falsificação de documentos; pagamento de propina a agentes públicos; agiotagem; utilização de ligações clandestinas de água e energia; e uso da força como meio de intimidação e demonstração de poder.

Laudo reforça possibilidade de "sniper" ter executado trabalhador em Manguinhos

Os relatos de moradores de Manguinhos, localizada na zona norte do Rio, de que 'snipers' teriam atirado do alto da torre da Cidade da Polícia, contra a comunidade, foi reforçado após o exame cadavérico de Rômulo Oliveira da Silva, de 37 anos, concluir que ele morreu após receber "um tiro de fuzil vindo de cima". Ele estava estacionando sua moto em um mecânico quando foi vítima dos tiros oriundos da construção.

A morte de Rômulo ocorreu em janeiro deste ano, após o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, defender o uso de "snipers" para executar "criminosos que portem fuzis", nas favelas fluminenses.

De acordo com o laudo da autópsia, divulgado pelo jornal 'Extra', o disparo entrou no corpo da vítima pelo peito e saiu pela "região lombar esquerda", ou seja, pela base da coluna. Segundo o documento, a causa da morte foi "ferimento do coração". O tiro, segundo o texto do perito Ronaldo Martins Junior, do Instituto Médico Legal (IML), percorreu a barriga de Rômulo e causou ferimentos no fígado, nas alças intestinais e no estômago.

De acordo com a irmã da vítima, Leidelene de Oliveira, um pouco antes de Rômulo ser atingido, outro morador também foi baleado ali no mesmo local. "Quando o Rômulo passou por ali, em direção ao mecânico, as pessoas alertaram que eles estavam dando tiro na torre da Cidade da Polícia e ele tentou parar para estacionar, mas foi atingido, quando estava de frente para a torre", conta a jovem, de 22 anos. A Cidade da Polícia é um

complexo de delegacias especializadas da Polícia Civil que fica na frente da favela.

Segundo o professor de medicina legal da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Nelson Massini, ao analisar o laudo da perícia, as lesões comprovam que o tiro foi feito com um fuzil. "O tiro tem características típicas de fuzil, provocou lesões em vários órgãos", afirma Massini.

Rômulo trabalhava como porteiro da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e segundo seus parentes, ele estava a caminho de uma oficina mecânica, dentro da favela. Ele deixaria sua motocicleta, que apresentava problemas no motor, no local. Foi baleado ali mesmo, na região conhecida como Praça do Flamengo.

Momentos antes do porteiro ser alvejado, um ajudante de pedreiro de 22 anos também foi alvo de um tiro de fuzil na mesma região, a poucos metros de distância do ponto em que Rômulo foi atingido. O tiro perfurou a barriga do jovem, que foi socorrido e sobreviveu. Em depoimento ao Ministério Público, ele disse que o tiro que o atingiu veio da torre da Cidade da Polícia. A morte de Rômulo e o ferimento do jovem são investigados num mesmo inquérito.

Outro procedimento investiga o assassinato de Carlos Eduardo dos Santos Lontra, de 27 anos, quatro dias antes na mesma região. Ele foi baleado na barriga quando passava pelo local quando voltava da empresa de reciclagem de extintores de incêndio onde trabalhava. Os parentes afirmam que os tiros partiram da torre.



Bombeiros buscam por vítimas do desabamento de prédios na Muzema

MPF cobra explicações de Salles sobre entrega de parques federais para a Vale

O Ministério Público Federal (MPF) pediu explicações ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) sobre a conversão da multa aplicada à Vale após o rompimento da barragem em Brumadinho, que deixou 228 mortos e 49 desaparecidos, em "investimentos" em parques federais.

As multas aplicadas pelo órgão à mineradora somam R\$250 milhões. O questionamento foi motivado por declarações à imprensa feitas pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Ele propôs que a Vale, ao invés de pagar os R\$ 250 milhões em multas, passe a admi-

nistrar os sete parques nacionais administrados pelo ICMBio no estado: Caparaó, Grande Sertão Veredas, Caverna do Peruaçu, Sempre-Vivas, Serra do Gandarela, Serra da Canastra e Serra do Cipó. "Esse tipo de medida, se for como divulgada, pode ter consequências graves sobre todo o processo de fiscalização ambiental e, no caso da tragédia de Brumadinho, sobre o valor da reparação dos danos socioeconômicos e ambientais, por isso precisa ser detalhada e analisada", afirmou o procurador da República José Adércio Leite Sampaio, coordenador da força-tarefa que investiga o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

As declarações do mi-

nistro, diz a nota do MPF, "provocaram a reação de especialistas, que consideram a proposta uma forma de transformar uma sanção ambiental em uma espécie de prêmio, convertendo os impactos gravíssimos da atividade da Vale em Minas em investimentos ambientais que ela poderá publicizar, dispensando a mineradora, ainda por cima, de passar pelas obrigatórias licitações exigidas para concessões de parques nacionais".

O ministro negou que sua ideia seja entregar os parques à Vale, mas confirmou que a ideia é privatizá-los e que o "investimento" da Vale seria fazer com que os parques fiquem "atrativos" para a iniciativa privada.

Extinção de conselhos sociais resalta viés autoritário e antidemocrático do governo Bolsonaro, aponta CIMI

No pacote divulgado nesta quinta-feira (11), para marcar os 100 dias de governo, o presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.759, que pretende diminuir de 700 para menos de 50 o número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

De acordo com o decreto, além de conselhos, serão encerrados comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada a colegiados que não tenham sido criados por lei.

A medida tomada pelo presidente durante as celebrações de 100 dias de seu governo prevê a extinção em 28 de junho de todos esses colegiados não instituídos por lei. Os ministérios têm até o dia 28 de maio para informar à Casa Civil todos os órgãos que existem em suas pastas e apresentar propostas de recriação dos que não desejam ser encerrados.

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni o objetivo é "submeter cerca de 700 conselhos existentes ao pente fino nos próximos 60 dias, dos quais apenas 50 devem permanecer". Para ele, os colegiados foram criados com uma visão "completamente distorcida" do que é a representação e participação da população, "inundados na visão ideológica de outros governos", disse.

COMISSÕES

A Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) é um dos que se enquadra nos critérios para extinção. Ela foi criada em julho de 2003 por um decreto presidencial, substituindo um grupo de trabalho que tratava do tema. O colegiado tem como objetivo coordenar e avaliar a implementação das ações previstas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) também está



na lista, por ter sido criada em 2002 por uma portaria, tendo por bases convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). A Conaeti elaborou em 2003 o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e acompanha sua execução.

ATAQUES AOS INDÍGENAS
Também, entre os conselhos que serão extintos, estão o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), que acompanhava a execução de políticas públicas para quase 3 mil escolas indígenas espalhadas pelo país. A medida visa asfixiar os instrumentos democráticos de participação social na definição de políticas públicas e controle social.

Em 2007, foi instalada de forma inédita, a Comissão Nacional de Política Indigenista, transformada em conselho por meio do Decreto 8.593/15, instalado, por sua vez, em abril de 2016. O CNPI era um órgão colegiado de caráter consultivo, responsável pela elaboração, acompanhamento e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Era composto por 45 membros, sendo 15 representantes do Poder Executivo; 28 representantes dos povos e organizações indígenas, sendo 13 com direito

a voto, e dois representantes de entidades indígenas.

A medida deteriora ainda mais a relação e aprofunda os ataques do governo Bolsonaro contra os povos indígenas do Brasil.

A edição da Medida Provisória (MP) 870/19 e dos decretos que alteraram a estrutura do governo brasileiro, no início de janeiro, determinou a transferência das competências de demarcação das terras indígenas e de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura que afetam terras indígenas para o Ministério da Agricultura, sob o comando dos ruralistas, principais inimigos dos povos indígenas.

Esta iniciativa, dentre outras, já demonstrava evidente posicionamento político ideológico do governo em prol dos interesses dos ruralistas, que embora compoem apenas 1% da população, detêm a propriedade de 46% das terras do território nacional.

Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com a extinção do CNPI, o governo Bolsonaro fecha um importante canal de interlocução com os povos indígenas.

"Trata-se de uma ação concreta por meio da qual o governo demonstra não estar disposto ao diálogo com os povos, organizações e lideranças indígenas do Brasil. A extinção dos conselhos aprofunda o viés autoritário e antidemocrático do governo Bolsonaro", disse em nota.



PL foi apresentado na comemoração dos 100 dias de governo Bolsonaro

PL de Bolsonaro pretende retirar crianças da escola

Em celebração aos 100 primeiros dias de seu governo, Bolsonaro apresentou seu principal projeto para a educação básica: retirar as crianças e jovens das escolas brasileiras.

A medida excludente foi apresentada na forma do projeto de lei que tem objetivo de regulamentar o ensino domiciliar no Brasil.

O PL foi enviado pelo governo, nesta quinta-feira (11), ao Congresso Nacional e cria a possibilidade de que os pais forneçam a educação regular aos seus filhos desde que optem pelo ensino domiciliar.

Ao permitir que os pais das crianças assumam a responsabilidade pela educação de seus filhos, como propõe o texto, o governo pretende retirar essa responsabilidade das mãos do Estado. Abandonando assim as obrigações que possui com a formação das crianças e jovens brasileiros, previstas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em seu artigo 2º, o PL bolsonarista remete aos "pais ou os responsáveis legais" a "prioridade de direito na escolha do tipo de instrução que será ministrada a seus filhos". Ou seja, os pais definirão qual será o conteúdo que deverá ser ensinado às crianças e jovens.

Segundo o projeto, o ensino domiciliar se equivalerá à educação escolar: "Art. 3º Fica assegurada a isonomia de direitos entre os estudantes em educação escolar e os estudantes em educação domiciliar".

Como mecanismo de controle, o PL aponta que os estudantes deverão estar cadastrados numa plataforma virtual, que deverá ser elaborada posteriormente e onde os pais deverão apresentar um plano pedagógico individual. Segundo o projeto: "Enquanto não estiver disponível a plataforma virtual para a realização do cadastro, as famílias terão assegurado o seu direito de exercer a educação domiciliar".

As crianças e jovens deverão obter uma "certificação de aprendizagem", a partir do segundo ano do ensino fundamental, que será realizada em avaliação do Ministério da Educação.

DEFESA

A proposta já havia sido defendida pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damare Alves, que afirmou que tal tipo de ensino é um "apelo da família brasileira".

"O pai que senta com o aluno duas, três horas por dia, pode estar aplicando mais conteúdo que a escola durante quatro, cinco horas por dia", afirmou Damare em entrevista no dia 25 de janeiro.

Este tipo de declaração, em se tratando de Damare, ou dos demais obscurantistas que compõe o governo Bolsonaro não surpreende.

Aliás, em se tratando do tema Educação, a ministra carrega consigo duas graves denúncias: a de falsificar o seus títulos acadêmicos (v. [Ministra mente sobre formação acadêmica e agora diz ter mestrado "bíblico"](#)) e a de sequestrar uma criança indígena, da etnia Kamayurá, para criá-la como sua filha adotiva (v. [Índios relatam que filha "adotiva" de Damare foi sequestrada de tribo](#)).

INVERSAO DE VALORES

Voltando à proposta do governo, vale ressaltar que ela inverte os princípios da educação brasileira que tem como fundamento garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, como inclusive apontam a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

É na escola, inclusive, que se garante "o respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" como destaca o artigo 256 da Constituição Federal. Ideias essas que são ignoradas por Bolsonaro e os seus.

ANDRÉ SANTANA

Governo extingue programa de bolsas de pesquisa PDES

Portaria publicada no Diário Oficial da União encerra o Programa de Demandas Espontâneas e Induzidas (PDES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A medida afeta milhares de pesquisadores brasileiros e faz parte do pacote de cortes do governo.

O programa tem o objetivo de apoiar e financiar projetos de pesquisa tanto no Brasil quanto no exterior sem a necessidade de editais ou chamadas públicas criadas previamente pelo governo.

Para o coordenador do Programa de Pós Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (USP), Célio Bermann, a medida aprofunda ainda mais a situação de descaço com a produção de conhecimento científico.

"Na minha leitura, apenas ratifica a perspectiva que o nosso país é um país que não pesquisa. Um país que não se envolve e não envolve os seus cidadãos na pesquisa científica e tecnológica está fadado a se restringir única e exclusivamente a ser produtor de bens primários como açúcar, soja, sem que haja condições de investimento e de progresso em atividades industriais e de ponta", explica.

Bermann acredita que a possibilidade de a situação orçamentária ser revertida é mínima, porque o atual Congresso é composto por poucos representantes que tenham interesse em fomentar a pesquisa e educação no Brasil.

Fórum de Carreiras de Estado lança campanha para alertar sociedade sobre “maldades” da PEC 06/2019

Em assembleia na última terça-feira (9), dirigentes do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado discutiram os textos de 10 emendas para a Proposta de Emenda à Constitucional (PEC 6/2019) da reforma da Previdência, que deverão ser entregues pela categoria à Comissão de Constituição e Justiça no Congresso Nacional.

Segundo o fórum de servidores, o texto final das 10 propostas de emendas à PEC 06, que abordam alguns dos pontos da reforma de Bolsonaro, com desconstitucionalização das regras previdenciárias, idade mínima, regras de transição, pensão por morte, alíquotas de contribuição dos servidores públicos, entre outros, deverão ser apresentados nos próximos dias.

O Fonacate anunciou no encontro que a entidade já colocou no ar dois vídeos que fazem parte da campanha de mídia cuja temática é “por uma aposentadoria digna e para todos”. Um deles, para alertar a sociedade quanto aos riscos da PEC e denunciar o modelo de capitalização - sistema de previdência em que apenas o trabalhador contribui para sua aposentadoria numa poupança privada -, que foi um desastre nos países que adotaram este modelo. E o outro chama a atenção para a exclusão previdenciária dos mais pobres.

De acordo com o presidente do fórum de servidores, Rudinei Marques, “o governo ‘vendeu’ a ideia de que essa reforma atinge os mais ricos. Mas, na verdade, ela penaliza os mais pobres, os que dependem de benefícios assistenciais e os professores, ao tempo em que preserva aqueles que recebem milhões em lucros e dividendos. Trata-se de uma proposta extremamente injusta”, destacou Marques.

No encontro, os presidentes da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Juracy Soares, e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), Maurício Porto, alertaram aos demais participantes da assembleia que boa parte da sociedade desconhece o fato de que os servidores públicos “continuam contribuindo com a previdência - com alíquotas de cerca de 11% - até morrer”.

“Muita gente ainda ignora as maldades dessa reforma, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada”, ressaltou Porto.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Edvandar Felix de Paiva, manifestou também a inconformidade dos delegados da Polícia Federal com a PEC e afirmou que os policiais estão na luta contra a proposta.

“Estamos lutando pela dignidade do trato previdenciário dos policiais do Brasil inteiro. Queremos um tratamento similar ao que foi dado aos militares, pois as causas são as mesmas. A aposentadoria policial é um direito e nós vamos defendê-lo”, afirmou Paiva.



Deputado considera inconstitucional Deputado Márcio Biolchi recusa convite do governo para ser relator da MP 873

O deputado federal Márcio Biolchi (MDB-RS) recusou o convite da equipe do governo para ser o relator da Medida Provisória 873/2019, registrando que “considera a proposta inconstitucional e que irá se posicionar contra a matéria”.

Para justificar sua posição, o deputado citou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizando o desconto em folha da contribuição sindical de seus próprios servidores.

A MP tem por objetivo enfraquecer as estruturas dos sindicatos, impedindo que as contribuições sindicais sejam descontadas direto na folha de pagamento, como determina o parágrafo IV do artigo 8º da Constituição Federal.

A reação do parlamentar surpreendeu a base governista e representa uma vitória para o movimento

sindical, que ganha fôlego no combate à MP que lesa a democracia.

Para o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) “o posicionamento de Biolchi é a representação do bom senso democrático diante de uma medida provisória de muitas inconstitucionalidades”.

“Agora nosso trabalho no Congresso Nacional, no corpo a corpo com os deputados e senadores, será intensificado na expectativa de convencimento do número suficiente de parlamentares para barrar essa MP”, afirmou Oswaldo Augusto de Barros da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTE-EC) e coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

Mulheres lotam a Câmara em ato contra a reforma da Previdência

Wil Shutter/Câmara dos Deputados



Deputada Jandira Feghali durante ato no auditório Nereu Ramos

Centrais sindicais organizam 1º de Maio unificado em defesa da aposentadoria

Na última quinta-feira, as centrais sindicais (Força Sindical, CTB, CGTB, CUT, CSB, Intersindical, Nova Central e UGT), fizeram um ato na região central da capital paulista para lançar o 1º de Maio unificado, no intuito de promover uma grande manifestação de combate à reforma da Previdência de Bolsonaro, em defesa da Previdência Pública e dos direitos dos trabalhadores.

Em São Paulo, a manifestação do 1º de Maio unificado será na Praça da República, no Centro da Capital, das 10 às 18 horas, e contará com a presença de artistas. A unidade de todas as centrais sindicais em torno do 1º de Maio é inédita e deve acontecer em outros Estados.

Durante a mobilização na quinta-feira, os sindicalistas destacaram a necessidade

de somar esforços para combater a PEC 06/2019 e as medidas do governo contrárias aos trabalhadores e ao movimento sindical.

“O que motiva o 1º de Maio unificado é exatamente a necessidade de dar resposta a esse ambiente hostil”, afirmou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

“É um governo que defende uma agenda ultraliberal, de viés fascista, de extrema-direita, legislando interesses do grande capital”, acrescentou.

Para o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, o que poderia proporcionar crescimento econômico é uma reforma tributária. “A da Previdência é um pleito dos banqueiros, do mercado financeiro”, definiu.

O presidente da Força avalia como “o grande feito deste ano” a união das centrais em torno do 1º de Maio. “A maturidade falou mais alto. Se não tiver essa

unidade, não conseguiremos enfrentar o inimigo. Isso fortalece a luta contra a reforma”, disse.

“Estamos unindo os trabalhadores de todo país para impedir que a reforma passe. Será um dia de confraternização, mas também de luta contra o fim da aposentadoria”, comentou o secretário-geral da CGTB, Carlos Alberto Pereira, afirmando que “o que este governo está querendo fazer é um verdadeiro genocídio”.

Para Edson Carneiro, o Índio da Intersindical, “querem enterrar o direito à aposentadoria, estender o tempo de contribuição. Dois anos atrás, diziam que a reforma trabalhista era para criar emprego, e as centrais diziam que era para legalizar o bico. Eles fizeram a reforma trabalhista e a lei da terceirização irrestrita prometendo emprego, e só veio desemprego”.

Gráfica que imprimia provas do Enem quer deixar país sem pagar salários e direitos

O pedido de falência da gráfica RR Donnelley Editora, multinacional que imprimia as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e anunciou que iria se retirar do país, deixou na mão centenas de trabalhadores sem salário nem verbas rescisórias, FGTS e demais direitos trabalhistas.

Na última sexta-feira (5) os trabalhadores realizaram uma manifestação em frente ao Consulado norte-americano. Como forma de protesto os gráficos espalharam seus uniformes pela rua para demonstrar que a farda que usaram durante anos de dedicação à gráfica, agora não tem valor algum. O sindicato também protocolou uma carta ao Consulado solicitando apoio e intervenção do governo norte-americano junto à direção da RR Donnelley.

Segundo o recém eleito presidente do Sindicato dos Gráficos de Osasco e Barueri, Joaquim de Oliveira, que assumirá o mandato em 1º de maio, “a RR Donnelley ganhou muito dinheiro do governo com a impressão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), lucrou em cima do nosso trabalho e agora avisa que vai deixar o país e não quer pagar nossos direitos”,



Trabalhadores realizaram manifestação em frente ao Consulado norte-americano - Divulgação

disse Joaquim.

Com 19 anos de serviços prestados à gráfica, Joaquim explica que a RR Donnelley, que teve seu pedido de falência aprovado pela Justiça em tempo recorde, pegou os trabalhadores de surpresa na calada da noite do dia 31 de março, ao expor a notícia em um comunicado que dizia que a multinacional norte-americana estava encerrando suas atividades no Brasil e pedindo falência. Desde então, os 970 trabalhadores estão tendo que realizar atos de protestos para receber as verbas rescisórias e a liberação do FGTS.

“O advogado da gráfica disse que a empresa não irá pagar nada! Que não tem nenhuma proposta sobre as verbas rescisórias. Nós estamos fazendo de tudo para denunciar está prática da empresa aqui no Brasil, que não é de agora; a em-

presa teve está atitude em 2014 na Argentina”, explicou Joaquim de Oliveira.

A categoria reivindica a liberação, com urgência, do FGTS e do Seguro Desemprego e baixa na Carteira de Trabalho. Os trabalhadores também exigem que a RR Donnelley apresente uma proposta de pagamento imediato das verbas rescisórias e multa de 40% do FGTS dos trabalhadores, e também a liberação para que os gráficos possam entrar na empresa, para que possam retirar seus pertences pessoais do local.

Joaquim informou ainda que na segunda-feira (15) representantes da empresa iram se reunir com os gráficos para discutir a liberação de documentos para que os funcionários da empresa possam requerer o saldo do FGTS e o seguro-desemprego.

ANTÔNIO ROSA

Ato foi organizado pela liderança da Minoria na Câmara, deputada Jandira Feghali (PcdoB-RJ), em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Frente Parlamentar em Defesa do Direito da Mulher

O ato “Mulheres Unidas em Defesa da Aposentadoria” lotou o Auditório Nereu Ramos e mais dois plenários na Câmara dos Deputados, na quinta-feira (10), contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, que trata da Reforma da Previdência.

O ato foi organizado pela liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, deputada Jandira Feghali (PcdoB-RJ), em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Frente Parlamentar em Defesa do Direito da Mulher e contou com a presença de deputadas do PCdoB, PSB, PT, Rede, PSDB, PSOL, Pros, DEM e PP, além de representantes da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), das Centrais Sindicais (ver no final da matéria), sindicatos, entidades da sociedade civil e lideranças femininas de diversas regiões do país.

PIOR PARA AS MULHERES

A líder da minoria na Câmara, (deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), destacou que a reforma é mais um ato violento contra as mulheres, visto que “as mulheres já têm uma vida laboral diferenciada, que representam quase a metade das pessoas do mundo do trabalho que não têm sua carteira de trabalho assinada e sofrem com a discriminação de salários, com a dupla jornada de trabalho e com a falta de creche”.

“Se essa reforma é ruim para os homens, ela é pior para as mulheres. As mulheres são as primeiras e as grandes excluídas do sistema previdenciário. É uma reforma misógina, excludente, ela discrimina principalmente as mulheres negras e mulheres pobres. Essa reforma é contra os pobres deste país”, disse a líder da Minoria.

Além do Auditório Nereu Ramos, mulheres lotaram mais dois plenários da Câmara - Foto: Wil Shutter/ Câmara dos Deputados

A deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), única do seu partido a declarar oposição à reforma, declarou que a luta conta a PEC “é suprapartidária”. “Precisamos estar juntas e aguerridas contra essa reforma que só propaga informações falsas. Do meu partido, sou a única que já se posicionou contra essa reforma que só preza por privilégios daqueles que já têm. Mas estamos trabalhando para que essa reforma não passe”, destacou Nelma.

A presidente da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), Gláucia Morelli, destacou que as mulheres vão bater na porta de cada parlamentar, até dos deputados do PSL, para convencê-los a dizer não para reforma da Previdência. “Nós que geramos a vida somos acusadas pelo governo de ser uma das culpadas do déficit, por vivermos mais. Nós vivemos mais sim, porém nós trabalhamos mais, nos dedicamos mais”, destacou.

Gláucia afirmou que o déficit da previdência que o governo alega não existe, “os deputados têm que acabar com a DRU (Desvinculação de Receita da União). Se tivesse déficit o governo não arrancaria do sistema de prevenção social todos os anos 30% das receitas da Previdência Social” denunciou.

Para a deputada Celina Leão (PP-DF), “todas as leis que protegeram as mulheres estão sendo rasgadas na reforma”. “Precisamos sim de uma reforma diferenciada. Nesse ato, não estamos falando de

partidos políticos, estamos falando da mulher rural, das professoras. Um país onde não se valoriza o professor, vai se valorizar o quê? Se eles querem votar a Previdência temos que deixar claro que alguns pontos são inflexíveis. E o direito das mulheres é um deles”, pontuou.

A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) se comprometeu em promover debates para conscientizar as demais parlamentares da importância do voto contrário à matéria. “A bancada feminina vai debater muito este tema. Sou professora e as mulheres são duplamente atingidas na área da educação. Vamos promover todos os debates necessários para mobilizar as parlamentares nessa pauta. O voto é individual, mas podemos garantir a conscientização nessa pauta”, disse.

Para a vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Dejanira Freitas Braga, a Previdência Pública, com as regas de hoje, “é justa e solidária, uma verdadeira proteção social”. E pontuou: “Temos que mostrar que este projeto é uma destruição da proteção social dos trabalhadores brasileiros. Esse sistema de capitalização, previsto na reforma, acaba exatamente com essa proteção aos trabalhadores. O que será dos nossos idosos? Vão ficar iguais aos idosos do Chile, na miséria? Temos que nos unir e dizer não à reforma da Previdência”, disse Dejanira.

NÃO

A representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Selene Michelin, afirmou que “não podemos permitir que rasguem a Constituição de 1988. Não serve remendo nessa proposta. Ela é ruim para todos. Por isso, só serve um não a essa proposta”. E conclamou: “15 de maio teremos greve geral da Educação contra a reforma da Previdência. Chamamos as demais categorias a se somarem a esta luta”.

Segundo a líder da Minoria, o evento realizado pelas mulheres foi um pontapé para mais mobilizações das mulheres contra a reforma nos estados e municípios.

“Esse ato começa a organizar de forma mais sistemática a nossa atuação pelo Brasil. Saímos daqui renovados e confiantes de que vamos derrotar a reforma da Previdência. Não podemos parar. Esse ato tem que ser repetido nos estados, nos municípios. Temos um longo caminho a percorrer na tramitação dessa matéria, mas é o tempo que temos para virar voto, organizar o movimento nas ruas. Não há tempo a perder. Tirar direitos, não aceitaremos”, afirmou Feghali.

Também participaram do ato a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), CSP-Conduas, Nova Central Sindical (NCST), Intersindical e Central dos Sindicatos Brasileiros, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras entidades.

Para vice-presidente da Bolívia, a má gestão econômica traz sofrimento ao povo venezuelano

Em entrevista concedida ao canal alemão Deutsche Welle, DW, o vice-presidente da Bolívia, Alvaro García Linera, assinalou que a crise social, econômica e política que vive a Venezuela se deve a uma má gestão por parte do governo desse país e que isso se traduz no "sofrimento" da população.

"Evidentemente tem havido uma má gestão econômica. Poderiam ter sido feitas muitas outras coisas, mas são os próprios venezuelanos os que têm que atuar", afirmou rejeitando a ingerência de outros países. "Não é para que outras potências se intrometam. Os tempos do colonialismo se acabaram no meio do século XX e não vamos atualizar no século XXI velhos colonialismos que, no fundo, respondem ao interesse de se apoderar dos recursos naturais dos países influenciados", frisou.

García Linera esclarece que, pese a "dar-se conta do sofrimento da Venezuela", não reconhece a Juan Guaidó como mandatário encarregado do país, mas só como presidente da Assembleia Nacional (AN). O governo de Evo Morales reconhece Nicolás Maduro como presidente venezuelano.

Neste sentido, insta a que as forças políticas da Venezuela se reúnam para chegar a um acordo que permita por fim à crise.

"Pedimos a Maduro que convoque o resto das forças políticas da Venezuela a encontrar o caminho democrático para que o povo venezuelano deixe de sofrer. Nos damos conta do sofrimento que nos dói muito", expressou.

Na Bolívia, o crescimento econômico foi o maior da América do Sul pelo sexto ano consecutivo e, conforme projeções de organismos tão diferentes como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco Mundial, o país andino também liderará em 2019.

García Linera, disse que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se traduz em "importantes conquistas para o país", uma vez que é compartilhado pelo conjunto da população. A média da evolução do PIB boliviano nos últimos anos foi de 4,7% (2014, +5,5%; 2015, +4,9%; 2016, +4,3%; 2017, +4,2% e 2018, +4,7%).

O vice-presidente frisou que a economia boliviana se diversificou e dinamizou, potencializando seu mercado interno e que, diferente do passado, não depende exclusivamente de exportar matérias-primas com baixo valor agregado. "Os hidrocarbonetos e os minerais aportam 13% das entradas, enquanto a agricultura, o sistema financeiro, o transporte, o comércio, a construção e a indústria manufatureira têm um papel importante", acrescentou.

México: Obrador anuncia injeção de mais de US\$ 5 bilhões em 20 novos campos de petróleo

O presidente Andrés Manuel López Obrador anunciou o investimento de mais de US\$ 5 bilhões na abertura de 20 novos campos de estatal Petróleos Mexicanos (Pemex), como parte do "Plano Nacional de Desenvolvimento", que impulsiona o crescimento do mercado interno e fortalece a soberania energética.

Confrontando o "investimento zero" no setor petrolífero, realizado nos últimos três anos do ex-presidente Enrique Peña Nieto, o secretário da Fazenda e Crédito Público, Carlos Urzúa Macías, destacou a "injeção" feita pelo governo de Obrador.

Prova disso, infor-

mou Macías, é que, como parte do projeto de resgate da empresa, o governo investirá em 16 novos poços em águas profundas (Jatulsul, Suuk, Teekit, Koban, Hok Mulach, Xikin, Esah, Cheek, Cahua, Uchbal, Manik, Tlacame, Tetl, Pokche e Octli), e quatro novos em terra (Ixachi, Choccol, Cibix y Valeriana).

Das plataformas de produção marítimas, 13 já estão em construção, tendo sido instalados 14 dutos gigantes, alcançando 175 quilômetros, com oito interligações a plataformas já existentes. Ao mesmo tempo, estão sendo construídos 13 campos terrestres, com 13 dutos que alcançam 88 quilômetros.

Funeral de crianças mortas no ataque a escola atrai multidão no Iêmen

Uma multidão de moradores da capital iemenita, Sana'a, acompanhou os amigos e parentes dos 14 iemenitas assassinados, a maioria alunas de uma escola situada na cidade, em mais um ataque a estudantes perpetrado pela aviação saudita que agride o país com caças e armas fabricadas e fornecidas pelos Estados Unidos.

O apoio direto de Washington a esta agressão começou em 2015, durante o governo Obama, que além de manter as vendas de armas, atuou com aberto suporte de inteligência, logística, que inclui até o abastecimento de caças que vão bombardear o Iêmen, durante o voo, treinamento militar, incluindo cursos para pilotos e a presença de tropas na região.

O enterro coletivo aconteceu na manhã de quarta-feira. O bombardeio que atingiu a escola Al-Rai localizada no bairro Sawan, que atende a 2.100 alunas, aconteceu no domingo.

O canal de TV saudita, al-Hadath, justificou o crime em declarações dadas uma hora após o bombardeio, dizendo que se tratava de um ataque a um campo de treinamento

militar e, citando como fonte o governo fanático de Aden (cidade iemenita na qual os sauditas mantêm o governo de fato pelo povo iemenita), "esclareceu" que a escola foi atingida por uma suposta explosão de um depósito de munição vizinho a ela.

A agência da ONU para apoio à infância, Unicef, denunciou o "ataque em Sana'a que matou 14 crianças e feriu 16, a maioria em idade abaixo dos nove anos".

"O número de crianças mortas e seriamente feridas desde o início de 2019 chega a 400", acrescenta a declaração da UNICEF.

No entanto, o Ministério da Saúde do governo revolucionário iemenita, que computa o número de mortos em 14, afirma que mais de 100 pessoas ficaram feridas na agressão e denunciou, após a declaração da Unicef, que "a ONU mantém um silêncio que encoraja os ataques da Arábia Saudita".

Chile: capitalização da Previdência faz idosos morrerem trabalhando



A mobilização tem sido crescente contra o sistema que força os chilenos a trabalharem mesmo depois de aposentados e tem elevado o número de suicídios

Franceses acompanharam consternados o incêndio na catedral de Notre-Dame

Bombeiros lutaram contra as chamas que tomaram conta da catedral de Notre-Dame, a partir das 18:50, hora local. O incêndio só foi debelado quae 8 horas depois.

A catedral fica no marco zero de Paris e é um dos monumentos mais visitados no mundo, cerca de 13 milhões de franceses e estrangeiros entram por seus portões em estilo gótico todos os anos.

Ela começou a ser erguida no ano de 1163 e sua obra foi considerada concluída 182 anos depois.

Franceses consternados acompanharam o combate ao incêndio. As chamas fizeram desabar a estrutura de madeira que acompanhava a abóbada central da igreja, mas o comandante da brigada dos bombeiros, Jean-Claude Gallet, anunciou que já se pode dizer que sua estrutura, incluindo as torres, "foi preservada".



Igreja de Notre-Dame tomada pelas chamas

A especialista na arquitetura e história do período, Claude Gauvard, ao lamentar o incêndio disse que, "sendo a Notre-Dame um símbolo de Paris, refletindo em suas linhas harmônicas o esforço dos arquitetos que a idealizaram e dos artesãos que executaram a obra – o que inclui os vitrais que davam colorido especial ao seu interior com a passagem das horas do dia – nem sempre foi tratada com a devida reverência".

"Os trabalhos que estavam em andamento já haviam passado do tempo de começarem. Eu, pessoalmente subi as escadarias em espiral da igreja antes do início da restauração e vi pedaços da alvenaria que haviam se descolado de seu local original".

Até o momento não se sabe ao certo a causa do incêndio e a polícia francesa acredita que seu início tem alguma relação com as próprias obras de

Chilenos tomam as ruas em defesa do salário, emprego e contra o assalto às aposentadorias

Em defesa do salário, do emprego, contra os aumentos abusivos e o assalto às aposentadorias, centenas de milhares de chilenos tomaram, nesta quinta-feira (11), as principais cidades do país em um "Paro Nacional Activo" para denunciar a proliferação de ataques por parte do presidente Sebastián Piñera.

Com faixas e cartazes condenando as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), que privatizaram a Previdência pública para meia dúzia de companhias transnacionais especularem, arrojando brutalmente os valores das aposentadorias – que pagam aos homens somente 30% do último salário e às mulheres 25% –, a população se somou à paralisação, demonstrando o seu repúdio ao descaminho neoliberal do governo.

Vestindo camisetas com o rosto do ex-presidente Salvador Allende e do cantor Víctor Jara, empunhando o azul e vermelho da bandeira nacional mesclado com o vermelho da Central Unitária de Trabalhadores (CUT) e o amarelo vibrante do movimento No+AFP (Chega de AFP), o povo animou e coloriu as ruas de Santiago, Valparaíso, Concepción, La Serena, Antofagasta e dezenas de outras cidades, fazendo ecoar o chamado do "Basta!".

"De Arica (Norte) até Chiloé (Sul), esta mobilização dá um salto de qualidade na nossa unidade e amplia a nossa força para pressionar o governo e os parlamentares a que não aprovem sua agenda regressiva", afirmou a presidenta da CUT, Bárbara Figueroa. Para a dirigente cutista, "a hora é de enfrentar a pauta do retrocesso e dos abusos e de defender os salários, os empregos e os direitos dos trabalhadores e dos aposentados". "Lutar contra as AFP e defender uma Seguridade Social pública é essencial. É uma questão de justiça", enfatizou.

"Unir todas as lutas por um Chile justo" foi o mote dos atos, que apostaram na amplitude



"Não às administradoras de Fundos de Pensão"

das pautas não apenas para ecoar reivindicações da classe trabalhadora chilena, mas para dar um recado claro ao governo: o povo está indignado e unido. Dentre as bandeiras defendidas estava o rechaço às políticas anti-trabalhistas de Piñera; equidade de salário para homens e mulheres que desempenhem o mesmo trabalho; que os mais ricos paguem mais impostos que os mais pobres; e, claro, a luta pelo fim de um sistema previdenciário que privatiza os lucros e socializa os prejuízos – 80% das aposentadorias estão abaixo do salário mínimo e 44% abaixo da linha da pobreza.

"Esses não são tempos para sectarismos. Hoje, estamos unidos para enfrentar um governo que aposta em uma estratégia totalitária para destruir os poucos direitos fundamentais que ainda existem", bradou Luis

Mesina. O porta-voz do No+AFP exaltou a presença massiva na paralisação geral, mas alertou: é só o começo. "Precisamos derrotar os ataques do governo de Piñera não amanhã, mas agora. Não podemos marchar separadamente, pois é nisso que o regime aposta. No cansaço, na divisão, no esgotamento e na desilusão. Querem nos derrotar moralmente, o que exige resistência da nossa parte".

Segundo Mesina, Piñera não governa com as instituições tradicionais do Estado, mas sim por fora delas. Por isso, derrotar os ataques do governo precisa estar na ordem do dia.

F. Bianchi (Barão de Itararé) e L. SEVERO (Hora do Povo) Leia mais em: <https://horadopovo.org.br/chilenos-nas-ruas-em-defesa-do-salario-do-emprego-e-contra-o-assalto-as-aposentadorias/>

Submetidos a um regime que os deixa com proventos abaixo do salário mínimo, os aposentados se veem obrigados a seguir trabalhando até o final da vida

FELIPE BIANCHI (Barão de Itararé) e LEONARDO SEVERO (Hora do Povo), de Santiago*

O regime de capitalização da Previdência no Chile obriga os aposentados a seguirem trabalhando, muitas vezes, até morrer. E o caso de Mario Enrique Cortes, "jubilado" que, aos 80 anos, padeceu de insolação em pleno inverno, como jardineiro, em frente ao Palácio de La Moneda, em 2014. De lá para cá, o país vem acumulando episódios trágicos como este. Somado à onda crescente de suicídios na terceira idade – com tiro, enforcamento ou envenenamento –, o cenário escancara a realidade sombria de uma terra em que a aposentadoria foi transformada em negócio para benefício das Administradoras de Fundos de Pensão (AFP).

"O atual sistema de aposentadoria chileno tem 38 anos e foi imposto pela ditadura de Augusto Pinochet, em 1981. Não houve discussão. O parlamento era uma junta militar, composta por um representante de cada segmento das Forças Armadas. Os generais e o ministro do Trabalho da época, José Piñera, irmão do atual presidente do Chile, Sebastian Piñera, criaram as AFP Hoje, a capitalização faz nossos idosos morrerem trabalhando e a taxa de suicídio bater recorde", afirma o representante do movimento No+AFP (Chega de AFP), Mario Villanueva. O dirigente condena "a perversão de um sistema desenhado para que grandes grupos econômicos e seguradoras transnacionais ampliem seus lucros se aproveitando do sacrifício de milhões de aposentados".

Os idosos totalizam cerca de 16% da população chilena, de acordo com o censo de 2017, pouco mais de 2.800.000 pessoas. Uma em cada cinco segue trabalhando a fim de complementar a aposentadoria. Para Rosita Kornfeld, ex-diretora do Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento da Universidade Católica e especialista da Organização das Nações Unidas (ONU), tal número escancara o abandono desse segmento por parte do Estado. "Eles têm um problema grave de falta de recursos e também de solidão e desamparo, o que os leva a tomarem atitudes extremas", avalia. "Se não prestarmos mais atenção e cuidados, os casos de suicídio vão continuar crescendo".

Radcada no país há 11 anos, a psicóloga brasileira Ana Paula Vieira, fundadora e presidenta da Fundação Miranos, se dedica ao trabalho de prevenção do suicídio entre os idosos. "Obviamente o aumento alarmante no número de suicídios não pode ser chamado de 'fake news'. Há vários estudos, com dados oficiais do Ministério de Saúde, que revelam as taxas muito altas de suicídio na terceira idade em comparação com a média da sociedade chilena", explica, em resposta à afirmação de Paulo Guedes, superministro da Economia de Jair Bolsonaro, de que as informações sobre o crescimento do fenômeno no Chile não passariam de notícias falsas.

Vieira ressalta que só agora o tema começou a ser discutido de fato. "Até pouco tempo, o suicídio na terceira idade não era visibilizado por aqui. Falava-se muito de questões como moradia, o alto custo da saúde e, claro, a questão da aposentadoria, mas o suicídio continuava um tabu", sublinha.

Os casos emblemáticos de casos de idosos que tiraram a própria vida foram o estopim para que o tema finalmente entrasse em evidência, ganhando manchetes não só no Chile, mas também na mídia estrangeira. "Em 2018, as taxas continuaram altas e outros casos envolvendo casos de idosos vieram à tona e, por isso, o assunto vem recebendo tanta atenção, inclusive em nível de governo", afirma. "Tenho ido ao Senado, como integrante da Comissão do Idoso, para apresentar dados e estudos sobre este problema".

O Estudo Estatísticas Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) do Chile é claro: entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram a própria vida. O levantamento – que não contempla o agravamento detectado até mesmo pela mídia privada no último período – aponta que os maiores

de 80 anos apresentam as maiores taxas de suicídio: 17,7 por cada 100 mil habitantes – 70% superior à média do continente seguido pelos segmentos de 70 a 79 anos, com uma taxa de 15,4, contra uma taxa média nacional de 10,2.

Segundo o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento, da Universidade Católica, são índices mórbidos, que têm crescido de forma acentuada e que colocam o Chile como um dos países com os mais altos índices de suicídios nesta faixa etária em toda a América Latina. O fato de muitos meios de comunicação no Brasil citarem pretensos estudos tendo por base dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 2012, apenas revela a tentativa de fugir do debate, pois foi a partir daí que, passadas as três décadas da "reforma" ditada por Pinochet, "os idosos começaram a receber as suas aposentadorias e puderam dimensionar o quão pouco receberiam e que seu dinheiro não daria para nada", explica Mario Villanueva. Atualmente, 80% das aposentadorias estão abaixo do salário mínimo (301 mil pesos, ou 1.738 reais) e 44% abaixo da linha da pobreza.

Uma parcela significativa dos aposentados recebe cerca de 110 mil pesos (635 reais), quantia inexpressiva no país em que remédios e alimentação são particularmente caros. Para se ter uma ideia do que representam esses diminutos ganhos no dia a dia dos chilenos, basta observar que, desde fevereiro, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) calcula que o preço da cesta básica alimentar está em torno de 67.235 pesos (388 reais). A "canasta" é composta pelos seguintes produtos e quantidades: leite, 10 litros – \$ 7.876; pão, 10 unidades de 500 gramas – \$ 8.167; arroz, 1,5 quilos – \$ 1.392; ovos, 20 unidades – \$ 2.993; queijo, um quilo – \$ 6.137; carnes de frango e de vaca, seis quilos – \$ 29.533; frutas, seis quilos – \$ 5.022 e verduras, oito quilos – \$ 6.115. "Isso sem contar contas luz, gás e os altos custos de medicamentos e moradia", acrescenta Villanueva.

MISÉRIA E ABANDONO

Apesar de ser lógico traçar um paralelo entre esse índice e a condição de miséria imposta por um sistema de Previdência que, na prática, nega o direito à aposentadoria digna a uma enorme parcela da população, Ana Paula Vieira alerta: "o suicídio é um fenômeno multicausal. Na terceira idade, ele tem a ver com abandono, com solidão e, obviamente, com problemas financeiros. A discussão passa muito pela precariedade da saúde e por dificuldades econômicas dos idosos. Entretanto, é preciso educarmos a sociedade sobre a complexidade desse problema para conseguir enfrentá-lo ao invés de escondê-lo".

"Claro que para impor um sistema de Previdência como o do Chile, foi necessário haver manipulação midiática e campanha de marketing. Mas não foi só isso. É um sistema imposto pela força". Esta é a avaliação de Oriana Zorrilla, histórica jornalista chilena. "Se não tivesse ocorrido a ditadura e a repressão, somadas às mentiras e ilusões vendidas à população sobre o modelo de aposentadoria, não teria sido possível aprovar um sistema assim".

Presidenta do Conselho Metropolitano do Colégio de Jornalistas do Chile, Zorrilla viveu a experiência da implementação das Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), que transformaram a Seguridade Social em ativos do mercado financeiro a partir da capitalização individual da Previdência.

*Conteúdo produzido para o Coletivo de Comunicação Colaborativa ComunicaSul que está no Chile com os seguintes apoios: Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Diálogos do Sul, Federação Única dos Petroleiros (FUP), Jornal Hora do Povo, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, CUT Chile e Sindicato Nacional dos Carteiros do Chile (Sinaicar). A reprodução é livre, desde que citados os autores e apoios.

Leia matéria no link: <https://horadopovo.org.br/chile-capitalizacao-da-previdencia-faz-idosos-morrerem-trabalhando-e-suicidio-bater-recorde/>

Vietnã proíbe uso de pesticidas cancerígenos com base em glifosato

O governo do Vietnã anunciou a proibição e a retirada de circulação no país de todas as 104 marcas comerciais que têm o glifosato – ingrediente ativo do Roundup, o principal pesticida da Monsanto/Bayer.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Vietnã, a preparação para o banimento vem desde 2016, quando pesquisadores começaram a coletar dados sobre o glifosato, cuja “toxicidade” impacta a saúde e o meio ambiente.

Comercializado sob diversas roupagens, o glifosato é mais conhecido pela marca Roundup, da gigante estadunidense Monsanto, adquirida no ano passado por US\$ 66 bilhões pelo grupo químico alemão Bayer.

Diante da decisão vietnamita, após o dia de 10 de junho, o produto não poderá mais ser importado, produzido, comercializado ou utilizado no país asiático.

CONDENAÇÃO

Na semana passada um tribunal de apelações de Lyon, na França, confirmou a responsabilidade da Monsanto/Bayer na intoxicação de um agricultor que usava um herbicida da multinacional. Paul François foi intoxicado em abril de 2004 ao inalar vapores de Lasso, um herbicida da Monsanto, utilizado em seus campos de milho. A multinacional já havia sido condenada em 2012 e 2015 a “indenizar totalmente” o agricultor, que sofre graves sequelas, mas a empresa recorreu das duas sentenças.

Nos Estados Unidos, recentemente, na segunda sentença contra a Monsanto/Bayer e o pesticida Roundup em menos de um ano, um júri federal em San Francisco, considerou o glifosato “fator substancial” no câncer de Edwin Hardeman, de 70 anos, que sofre de linfoma não-Hodgkin. Hardeman foi diagnosticado com linfoma não-Hodgkin (NHL) em 2015, depois de usar o Roundup para matar carvalho venenoso e ervas daninhas em sua propriedade ao longo de duas décadas.

INDENIZAÇÃO

No ano passado, outro júri em San Francisco havia condenado a corporação a indenizar em US\$ 268 milhões o jardineiro municipal Dwayne Johnson, 46, que sofre também de linfoma não-Hodgkin incurável e com diagnóstico de pouco tempo de vida.

A Bayer/Monsanto controla 25% do mercado mundial de pesticidas e 30% das vendas de sementes agrícolas.

Diante da determinação do governo do Vietnã em defender a saúde pública e o meio ambiente, o ministro da Agricultura americano, Sonny Perdue, se pronunciou pelo glifosato. “Estamos desapontados”.

O herbicida mais utilizado no mundo tem sido classificado como cancerígeno desde 2015 pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Boeing vai cortar a produção do modelo bichado em 20%

A Boeing anunciou que vai cortar em quase 20% a produção do seu Boeing 737 Max, avião que está sendo mantido no solo no mundo inteiro após dois acidentes envolvendo erro de projeto, que matou 346 pessoas em cinco meses. A montagem será reduzida de 52 para 42 ao mês – quando o plano inicial era aumentar para 57.

O cancelamento de encomendas do 737 Max já começou: a empresa de aviação indonésia Garuda – país em que o primeiro Boeing desse modelo se esborrachou –, cancelou a compra de 49 aviões, dizendo que os passageiros “tinham perdido a confiança” no avião. Uma encomenda de US\$ 6 bilhões.

Uma subsidiária da estatal chinesa Everbright Group suspendeu a entrega de 100 aeronaves 737 Max, embora decisão final sobre o contrato ainda não haja sido tomada. Ainda mais, em meio às delicadas negociações entre Washington e Pequim sobre a guerra comercial.

Os aviões sinistrados eram novinhos em folha. A Boeing confirmou que, desde o acidente na Etiópia, não há nenhuma nova encomenda. Os modelos vinham se amontoando no estacionamento da fábrica em Renton, no estado de Washington.

No domingo, a maior empresa aérea norte-americana, a

American Airlines, anunciou que estava estendendo até 5 de junho a suspensão em vigor dos vôos com o 737 Max.

A Boeing considerava o 737 Max seu passaporte para o futuro. Era a aeronave que mais rápido estava se vendendo no segmento de curto e médio alcance da aviação civil, que corresponde à maior parte da demanda mundial.

O modelo representa a terça parte dos US\$ 101 bilhões de receita que o conglomerado aeroespacial faturou em 2018.

O setor de aviões de passageiros gera 60% das receitas da Boeing, sendo que a metade é devida ao 737, cujo valor unitário é de US\$ 120 milhões. A carteira de encomendas do modelo chega a 5 mil unidades e ocupa a capacidade de produção nos próximos anos.

O que levou as autoridades da aviação aérea a ordenar que os 737 Max pousassem imediatamente foi a percepção de que nos dois acidentes, o na Indonésia e o na Etiópia, em que não houve sobreviventes, os pilotos lutaram contra um sistema automatizado de estabilização que, apesar de seus esforços desesperados, insistia em redirecionar o bico da aeronave para baixo, com base em sensores defeituosos ou interpretados erroneamente.

Leia matéria completa em www.horadopovo.org.br

Assange é preso por denunciar crimes de guerra de Washington



Fundador do WikiLeaks é retirado do interior da embaixada pela polícia inglesa

Congresso elege presidente interino da Argélia e estudantes exigem: “fora todos!”

Já tem data marcada a eleição na Argélia para substituir o octogenário Abdelaziz Bouteflika, que renunciou após sete semanas consecutivas de protestos: 4 de junho. Para encaminhar a transição e a eleição presidente, as duas câmaras do Congresso argelino, em reunião conjunta, nomearam o presidente do senado nos últimos 17 anos, Abdelkader Bensalah como presidente interino.

Nas ruas, milhares de estudantes repudiaram na capital Argel o nome do interino, com as manifestações exigindo “fora todos” e “Argélia livre e democrática”. O mandato de Bensalah será de 90 dias.

Os manifestantes o acusam de ser uma continuação de Bouteflika sem Bouteflika e a rejeição atinge todos os três principais nomes civis do regime agora: “Nem Bedoui, nem Belaiz e nem Bensalah”, clamaram os estudantes.

Já Nordin Bedoui é o último primeiro-ministro nomeado por Bouteflika antes de cair; e Tayeb Belaiz, o jurista setentão que permaneceu fiel a Bouteflika até o último minuto e a quem este entregou a carta de renúncia que alguém escreveu por ele.

Todos permanecem nos cargos e deverão pesar no processo de transição e na eleição.

O Congresso argelino primeiro votou aprovando a vacância da presidência em consequência da renúncia de Bouteflika e, depois, conforme a constituição, indicou Bensalah presidente interino.

De 77 anos, ele foi fundador da Reunião Nacional Democrática (RND), partido que em coalizão com a Frente de Libertação Nacional (FLN) dirige o país. Foi embaixador na Arábia Saudita entre 1989 e 1993 e presidiu por três anos o Conselho Nacional de Transição (CNT), órgão chave durante a ‘década negra’ – a guerra civil na Argélia.

A Reuters, Bensalah asseverou que “em breve teremos um presidente que construirá uma nova Argélia”.

“Nós – cidadãos, a classe política e as instituições do Estado – devemos trabalhar para garantir que todas as condições sejam adequadas para uma votação presidencial transparente e regular”, afirmou o interino em discurso televisionado.

Ele anunciou, ainda,



Manifestação contra o interino levou estudantes às ruas de Argel contra a troika Provisória (Mossab Eishamy/AP)

a formação de um novo órgão eleitoral e pediu a superação das diferenças no seio do povo.

Os estudantes também não livraram a cara do clã Bouteflika não fossem abortadas. Em poucos minutos, o octogenário presidente renunciou.

“Estamos com o exército, mas não com Gaid”, provocaram os universitários. Analistas dizem que, com o interino Bensalah na linha de tiro, Gaid Salah fica menos visado pelos protestos.

Após a eleição do interino no Congresso argelino, o general Salah reiterou que o exército “atenderá as demandas do povo” e voltou a denunciar a “gangue” corrupta que parasita o país – em referência à exigência das multidões nas ruas de que “el issaba” (a gangue) palaciana se vá.

O militar também disse que o judiciário deve agir para coibir os corruptos – o empreiteiro e ex-presidente da entidade empresarial, Ali Haddad, conhecido pelos vínculos com o irmão caçula de Bouteflika, Said, está preso há mais de uma semana.

Mas Salah se opôs às

conclamações para virar pelo avesso as “instituições” da república, dizendo que são necessárias para manter a estabilidade e a soberania do país.

Em seu discurso, o general argelino acusou a França de secretamente interferir no processo de transição: “Deploramos o surgimento de tentativas de certas partes estrangeiras que têm antecedentes históricos em nosso país, impulsionando determinados indivíduos ante a cena atual e ordenando-os representantes do povo para liderar a transição”.

Por conluio com agentes franceses para interferir nos acontecimentos na Argélia, foi afastado o atual chefe da inteligência argelina, e também seu antecessor foi repreendido. O caçula Bouteflika teria participado dessas reuniões. O diretor da agência de notícias France Presse em Argel, Aymeric Vincenot, teve recusada a renovação de seu credenciamento e foi forçado a deixar o país.

Dirigentes opositores rechaçaram os nomes da transição, considerando-os “um golpe de estado contra a vontade e a soberania populares”. Na sexta-feira, as ruas voltaram a dar o ar da sua graça, com o grito de “fora os três Bês” do Bouteflikismo sem Bouteflika. No sábado, o protesto será dos advogados e dos juristas, no centro de Argel.

A perseguição a Assange começou após o WikiLeaks mostrar em 2010 soldados dos EUA executando civis em Bagdá, entre os quais um fotógrafo e um motorista da Reuters

Julian Assange, jornalista fundador do WikiLeaks, foi preso pela polícia britânica em Londres, dentro da Embaixada do Equador na manhã desta quinta-feira (11). A prisão ocorreu após pedido de extradição partindo de Washington, que persegue Assange em retaliação pela denúncia de crimes de guerra perpetrados por tropas norte-americanas no Iraque e Afeganistão. Lutando por sua liberdade, o editor do WikiLeaks refugiou-se na embaixada desde 2012.

A Polícia Metropolitana de Londres (Scotland Yard) confirmou que “Julian Assange foi preso em conexão com uma ordem de extradição de autoridades dos EUA” e que “ele permanece em custódia em uma delegacia no centro de Londres”.

A perseguição a Assange foi desatada após a publicação de um vídeo no WikiLeaks em 2010, em que soldados norte-americanos executam civis desarmados em Bagdá, a partir de um helicóptero. Entre os civis assassinados, um motorista e um fotógrafo da Reuters. (Veja vídeo no link abaixo). A animosidade contra o jornalista levou Hillary Clinton, quando era Secretária de Estado de Obama, a sugerir em uma reunião de trabalho: “Não podemos jogar um drone em cima dele?”

O propósito da extradi-

ção para os EUA como motivo da prisão foi também confirmado pela advogada de Assange, Jennifer Robinson, que ressaltou: “ele não foi preso pelas falsas violações da fiança alegadas, mas por um pedido de extradição de Washington”.

O escritor, jornalista e cineasta John Pilger declarou que “a ação da polícia britânica ao arrastar Julian Assange da embaixada e a quebra do direito internacional por parte do governo equatoriano são crimes contra a justiça mais elementar”. E advertiu: “é um alerta para todos os jornalistas”.

Edward Snowden afirmou que a prisão de Assange “é um dia obscuro para a liberdade de imprensa”. Snowden é ex-agente da Agência de Segurança Nacional dos EUA e denunciou a espionagem massiva de norte-americanos e de cidadãos e governos estrangeiros. Também perseguido pela Casa Branca, Snowden vive exilado na Rússia.

Christine Assange, mãe do fundador do WikiLeaks, disse que seu filho poderia ser levado à justiça nas próximas 24 horas. “O Reino Unido provavelmente tentará impor a sentença máxima de prisão (...) Nosso objetivo, como sempre, é impedir a extradição para os Estados Unidos”, finalizou.

A prisão de Assange é a indecência contra a coragem

JOHN PILGUER*

O vislumbre de Julian Assange sendo arrastado da embaixada equatoriana em Londres é um emblema dos tempos. Poder contra o direito. Músculo contra a lei. Indecência contra a coragem. Seis policiais carregaram à força um jornalista doente, seus olhos espremidos contra sua primeira luz natural em quase sete anos.

Que esse ultraje haja ocorrido no coração de Londres, na terra da Magna Carta, deveria envergonhar e indignar todos os que temem por sociedades “democráticas”. Assange é um refugiado político protegido pela lei internacional, o destinatário do asilo sob uma convenção estrita da qual a Grã-Bretanha é signatária. As Nações Unidas deixaram isso claro na decisão legal de seu Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária.

Mas para o inferno com isso. Deixem os bate-paus entrar. Dirigidos pelos quase fascistas na Washington de Trump, em aliança com o equatoriano Lenin Moreno, um judeu latino-americano e um mentiroso procurando disfarçar seu regime fétido, a elite britânica abandonou seu último mito imperial: o da imparcialidade e justiça.

Imagine Tony Blair arrastado de sua casa georgiana de vários milhões de libras em Connaught Square, Londres, algemado, para ser enviado para o banco dos réus em Haia. Pelo padrão de Nuremberg, o “crime supremo” de Blair é a morte de um milhão de iraquianos. O crime de Assange é o jornalismo: levando os vorazes a prestarem contas, expondo suas mentiras e fortalecendo as pessoas em todo o mundo com a verdade.

A chocante prisão de Assange carrega um aviso para todos os que, como Oscar Wilde escreveu, “semeiam as sementes do descontentamento [sem as quais] não haveria avanço para a civilização”. O aviso é explícito para jornalistas. O que aconteceu com o fundador e editor prévio do WikiLeaks pode acontecer com você em um jornal, você em um estúdio de TV, você no rádio, você que está executando um podcast.

O principal atormentador de Assange da mídia, The Guardian, um colabora-

cionista do Estado secreto, mostrou seu nervosismo esta semana com um editorial que escalou novas alturas de ambiguidade. The Guardian explorou o trabalho de Assange e do WikiLeaks no que seu editor anterior chamou de “o maior furo dos últimos 30 anos”. O jornal tirou proveito das revelações do WikiLeaks e reivindicou os galardões e riquezas que vieram com elas.

Sem um único centavo ir para Julian Assange ou para o WikiLeaks, um badalado livro do Guardian levou a um lucrativo filme de Hollywood. Os autores do livro, Luke Harding e David Leigh, acionaram sua fonte, abusaram dele e revelaram a senha secreta que Assange havia dado ao jornal em confiança, que foi projetada para proteger um arquivo digital contendo cabos vazados de embaixadas americanas.

Com Assange agora emboscado na embaixada equatoriana, Harding se juntou à polícia do lado de fora e se regozijou em seu blog que “a Scotland Yard pode rir por último”. O Guardian desde então publicou uma série de falsidades sobre Assange, nada menos que uma desacreditada alegação de que um grupo de russos e o homem de Trump, Paul Manafort, visitaram Assange na embaixada. As reuniões nunca aconteceram; era falso.

Mas o tom mudou agora. “O caso Assange é uma teia moralmente emaranhada”, opinou o jornal. “Ele (Assange) acredita em publicar coisas que não deveriam ser publicadas... Mas ele sempre lançou luz sobre coisas que nunca deveriam ter sido escondidas”.

Essas “coisas” são a verdade sobre o modo homicida como a América conduz suas guerras coloniais, as mentiras do Ministério das Relações Exteriores britânico em sua negação de direitos a pessoas vulneráveis, como os habitantes de Chagos, a exposição de Hillary Clinton como apoiadora e beneficiária do jihadismo no Oriente Médio, a descrição detalhada dos...

*E escritor, jornalista e cineasta. Leia a coluna completa em www.horadopovo.org.br

Cadê a cultura que 'tava aqui?

É sintomático e preocupante que no Brasil atual também pareça se estar propondo, de novo, a opção entre inteligência e morte, entre cultura e pistola. Eis a marca desses novos tempos, que não podemos aceitar. Temos de resistir, recuperando a dignidade institucional da Cultura, reinserindo-a como parte fundamental de nosso projeto de Nação e lutando para que os mecanismos de sua proteção não fiquem em mãos dos que querem aviltá-la e controlá-la por meio do garrote orçamentário, da burocracia excessiva e da coerção sobre suas instituições

MARCUS VINICIUS DE ANDRADE*

O grande maestro Tom Jobim, em suas divertidas tertúlias nas mesas do Leblon, dizia que um de seus sonhos de juventude seria realizar um filme sobre a história brasileira do séc. XX, na qual retrataria a batalha de Itararé da seguinte forma: de repente, a tela ficaria em branco e sem nenhum som, assim permanecendo por infundáveis 30 segundos. Na verve do maestro soberano, assim se faria a melhor representação do que seria o momento mais épico da Revolução de 30, quando as forças revolucionárias do Sul, comandadas por Getúlio Vargas, se defrontariam com as forças governistas de Washington Luís, no município de Itararé, SP. Mas a célebre batalha de Itararé, como se sabe, simplesmente não aconteceu: furou, deus cano, no entanto rendendo um título de barão ao humorista Aparício Torelly, que o exerceu muito bem, aliás.

Falar de Cultura nos tempos de agora é mais ou menos a mesma coisa. É falar sobre algo que não há e não se tem certeza de que possa haver. Vivemos o momento da Cultura de Itararé, a que não foi, nem é: trata-se, por enquanto, de uma conversa sobre o nada, para remeter ao título de uma obra musical contemporânea, de cujo autor não me lembro. Por enquanto, estamos falando mais de não-cultura que propriamente de Cultura. De concreto, pouco temos além das tradicionais manifestações de intolerância retaliatória, nas quais se anunciam cortes de verbas, extinção de órgãos, perseguição a artistas e pensadores e outras edificações que-tais. Fala-se que somente das empresas estatais cerca de 128 milhões de reais podem deixar de ser direcionados à Cultura. Mas, frise-se, não se trata de cortes: na novíngua ora entronizada, são só "reavaliação das aplicações de recursos." Outros engodos são divulgados impunemente nos tuítes da vida: foi dito, como pretexto para maior redução de verbas para a Cultura, que só a Caixa Econômica Federal teria gastado R\$ 2,5 bilhões em patrocínio e publicidade em 2018, quando na realidade R\$ 685 milhões é que tiveram tal destinação. E assim se está precarizando ainda mais o que já é precário, se vem pauperizando o que já é insuficiente para atender às demandas da área. Com isso, a desmontada Cultura brasileira vem se desmontando cada vez mais.

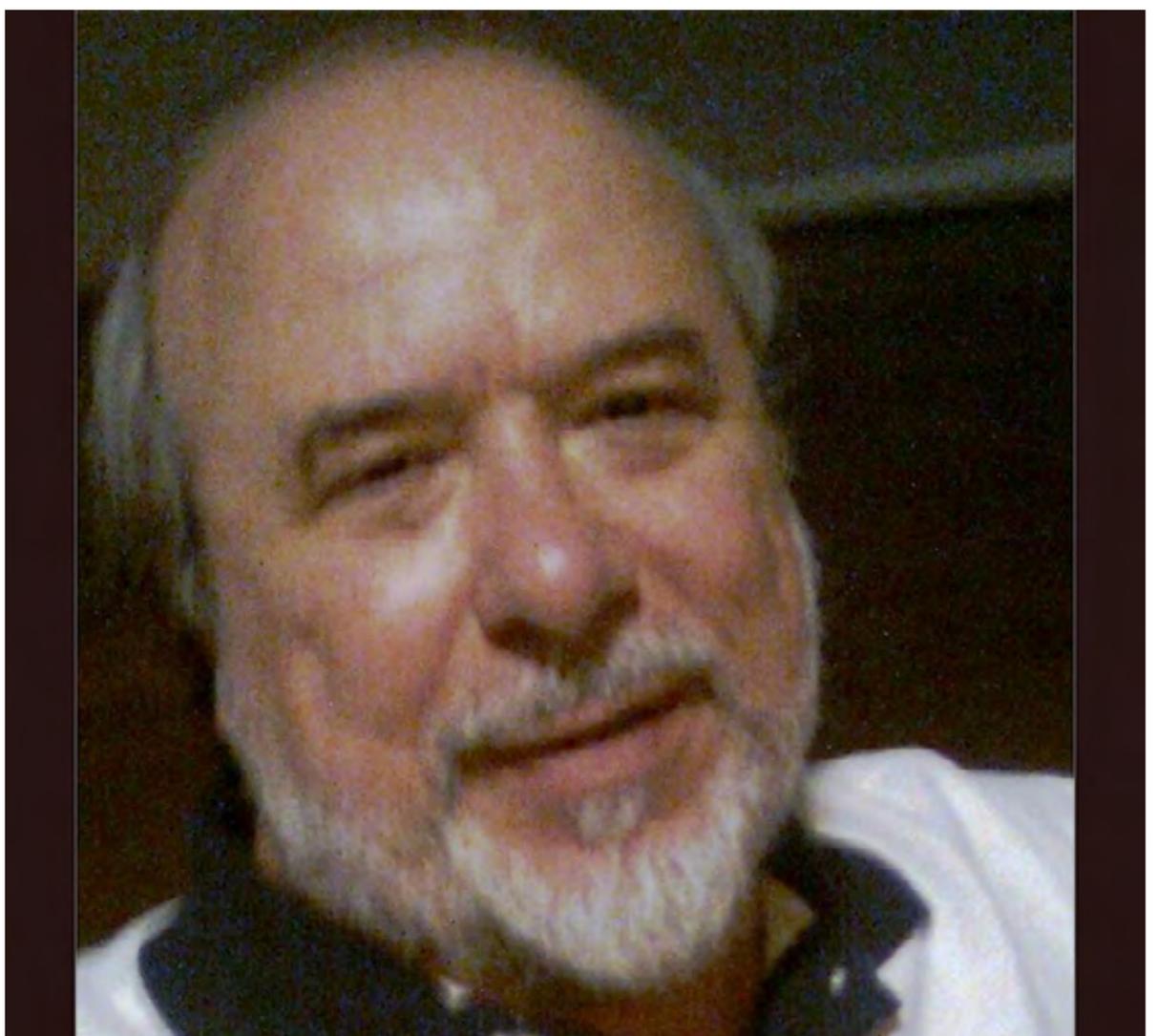
Mas talvez pior que essa derrocada material seja o **desprezo institucional pela Cultura** que a inépcia, a carência moral e o autoritarismo de alguns governantes vêm impondo à sociedade brasileira. Símbolo disso é a caça predatória à Lei Rouanet, levada à cabo por palpiteiros ignaros, com pouco ou nenhum conhecimento dos mecanismos de finan-



ciamento à Cultura. Hoje, artistas e empreendedores culturais vêm sendo genérica e massivamente demonizados como oportunistas que mamam nas tetas do Estado, como se nada de positivo houvesse nos modelos de financiamento cultural público. Claro que todos estes modelos podem – e devem – ser continuamente revistos e aprimorados, mas jamais extintos, principalmente para atender à argumentação farisaica dos que acham que os gastos com a Cultura são um desperdício e um pesado ônus para o país. Os incentivos à Cultura (existentes em todo o mundo, principalmente para as áreas do audiovisual e das artes performáticas), no Brasil não significam nada diante dos estratosféricos recursos que os governos transferem ao sistema financeiro e/ou às grandes corporações privadas, inclusive multinacionais, seja através de “financiamentos” diretos de recursos, seja por meio de concessões vantajosas para que atuem nos mercados, apropriando-se depois dos resultados obtidos. Mas isso, parece que ninguém vê...

As distorções no financiamento público à Cultura em geral derivam do concurso simultâneo de três agentes: dos próprios criadores e produtores culturais que buscam recursos do Estado para realizar empreendimentos de eficácia social, cultural e mercadológica duvidosa; dos “patrocinadores” e atravessadores privados, que se valem das leis de incentivo para usufruir do marketing mais barato que existe, o que é pago com dinheiro público; e dos maus agentes estatais, que se prevalecem de estar na posição concedente de guichê pagador para obter benefícios de variada ordem.

Pelo andar da carruagem, o governo recém-instalado parece disposto a seguir esse mesmo (des)caminho na gestão dos recursos para a Cultura. Mas ele vai além: erra feio ao conceber como Cultura apenas a perfumaria intelectual e artística, subjugando-se ao varejo cultural e ao consumismo desenfreado ditado pelas corporações que dominam a indústria criativa mundial, como se o país não pudesse (e devesse) ter uma pauta cultural própria; abdica de sua obrigação de defender a diversidade cultural nacional, assumida quando o Brasil firmou a Convenção da UNESCO pela Diversidade Cultural (2005), em lugar disso preferindo ser caudatário da massificação mercadológica imposta pelo mainstream cultural mundial. Mais grave que



O maestro Marcus Vinicius de Andrade

isso, o atual governo, **não vê a Cultura como um dos itens fundamentais a um projeto de Nação.** Como decorrência disso, tudo indica não haver interesse governamental em investir na infraestrutura cultural nem em bens de produção cultural nacionais, deixando lugar apenas para o imediatismo dos bens de consumo. Com raras exceções, estamos produzindo hoje apenas cosméticos e bugigangas culturais, esquecendo-nos da lição do grande Guimarães Rosa: “*Não faça biscoitos,*

faça pirâmides.” Para atender à mediocridade cultural crescente, estamos perdendo espaço no ranking mundial da qualidade: nossa música popular, p. ex., antes tida como uma das três mais importantes do mundo, hoje está sumindo do mercado internacional, perdendo espaço para os sub-produtos *made in Miami*, *made in Hong-Kong*, *made in Seoul* ou coisa que o valha. A falta de vigor cultural explica por que nosso próprio mercado fonográfico interno, que foi o sexto do mundo até o início dos anos 80, hoje amarga a décima-quarta colocação mundial e ainda com viés de

baixa, como dizem os economistas. E assim o Brasil está perdendo lugar no mundo não só em excelência cultural como também em termos econômicos, visto que, como se sabe, a Economia Criativa é hoje um item significativo no PIB de muitos países. No Brasil, até mesmo na crise atual, ela chegou a significar 2,64% do PIB... mas com viés de baixa, infelizmente.

A ironia de Jobim sobre Itararé diz muito sobre a Cultura (melhor dizendo, a não-cultura) dos tempos atuais. Mas como analogia das ameaças à Cultura e à Democracia no Brasil de hoje, são mais eloquentes dois

outros episódios históricos: o discurso do general fascista Millán Astray contra o filósofo Miguel de Unamuno, em outubro de 1936, durante a Guerra Civil Espanhola, quando o primeiro gritou: “*Abajo la inteligencia, viva la muerte!*”; e o desaforo do nunca assaz mal-lembrado Joseph Goebbels, o marqueteiro de Hitler, que dizia: “*Quando ouço falar em cultura, tenho ganas de pegar minha pistola!*”. Ao nazista reagiu certamente Millor Fernandes, que afirmou que preferia sacar sua cultura quando ouvia alguém falar em pistola.

É sintomático e preocupante que no Brasil atual também pareça se estar propondo, de novo, a opção entre inteligência e morte, entre cultura e pistola. Eis a marca desses novos tempos, que não podemos aceitar. Temos de resistir, recuperando a dignidade institucional da Cultura, reinserindo-a como parte fundamental de nosso projeto de Nação e lutando para que os mecanismos de sua proteção não fiquem em mãos dos que querem aviltá-la e controlá-la por meio do garrote orçamentário, da burocracia excessiva e da coerção sobre suas instituições. Por que querem fazer isso? A resposta está nas palavras de Jorge Coli, professor de história da arte na Unicamp: “*A linguagem, a música, as artes, o conhecimento e a cultura são hoje violentados, ridicularizados, negligenciados, porque de fato são eles as grandes forças poderosas contra a barbárie.*”

Abaixo a barbárie, pois. Façamos como Millor: contra a pistola de hoje, saquemos a Cultura de sempre.

* A conferência acima foi proferida pelo maestro Marcus Vinicius, da Fundação Instituto Cláudio Campos, na reunião do Observatório da Democracia que analisou os 100 dias do governo Bolsonaro. O Observatório da Democracia é composto pela Fundação João Mangabeira, Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, Fundação Maurício Grabois, Fundação Perseu Abramo, Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, Fundação Cláudio Campos e Fundação da Ordem Social.



A ironia de Jobim sobre Itararé diz muito sobre a Cultura (melhor dizendo, a não-cultura) dos tempos atuais. Mas como analogia das ameaças à Cultura e à Democracia no Brasil de hoje, são mais eloquentes dois outros episódios históricos: o discurso do general fascista Millán Astray contra o filósofo Miguel de Unamuno, em outubro de 1936, durante a Guerra Civil Espanhola, quando o primeiro gritou: “Abajo la inteligencia, viva la muerte!”; e o desaforo do nunca assaz mal-lembrado Joseph Goebbels, o marqueteiro de Hitler, que dizia: “Quando ouço falar em cultura, tenho ganas de pegar minha pistola!”. Ao nazista reagiu certamente Millor Fernandes, que afirmou que preferia sacar sua cultura quando ouvia alguém falar em pistola. Na fotos, Tom Jobim e Millor Fernandes